

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI**

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2020

PROCESSO Nº: 23122.021138/2019-80

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para realização de adequação das Instalações Elétricas dos Laboratórios do DEPEL no CSA (Campus Santo Antônio) na cidade de São João del-Rei - MG da Universidade Federal de São João Del Rei, com execução mediante o regime de empreitada por preço global, conforme especificações contidas no Edital, Projeto Básico e seus Anexos.

DADOS DO RDC – Regime Diferenciado de Contratações

MODO DE DISPUTA: ABERTO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

Praça Frei Orlando, 170, Centro

São João del-Rei, MG, CEP: 36.307-352

UASG: 154069

Comissão Permanente de Licitação de RDC

Tel/fax: (32) 3379-5427

E-mail: cpl@ufsj.edu.br

Home page: www.ufsj.edu.br



EDITAL DE LICITAÇÃO

RDC ELETRÔNICO Nº. 002/2020

Fundamentação: A Comissão Permanente de Licitação da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, nomeada pela Portaria n.º 271 de 29 de maio de 2019, da Reitoria da mesma IFE, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade RDC ELETRÔNICO, do tipo MAIOR DESCONTO, mediante regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL por item, em sessão pública no endereço: www.comprasgovernamentais.gov.br, nos termos deste edital e seus anexos, com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa para a UFSJ. O procedimento licitatório obedecerá:

Originária.....	: Artigo 37, da Constituição Federal de 1988: Regula a atuação da Administração Pública.
Complementar.....	: Lei Complementar n.º. 123, de 14/12/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e altera outros dispositivos legais.
Ordinária.....	: Lei Federal n.º. 12.462, de 04 agosto de 2011: Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC Lei Federal n.º. 8.666, de 21/06/1993: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, somente nos casos previstos na Lei Federal n.º. 12.462/2011, Lei Federal n.º 13.190, de 19 de novembro de 2015.
Regulamentar.....	: Decreto Federal n.º. 7.581, de 11 de outubro de 2011: Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, de que trata a Lei n.º. 12.462, de 5 de agosto de 2011 e Decreto n.º 8.080, de 20 de agosto de 2013 e Decreto n.º 8.251, de 23 de maio de 2014.

DATA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO:

Data da abertura.....	: 23/03/2020
Hora da abertura das propostas e início da fase de lances	: 09 (nove horas)
Endereço eletrônico.....	: www.comprasgovernamentais.gov.br UASG: 154069

RETIRADA DO EDITAL: Os interessados deverão retirar o Edital através do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br , ou www.ufsj.edu.br/dimap.

1 – PREÂMBULO

1.1 - DA OPÇÃO PELO USO DO RDC

A opção é pelo RDC Eletrônico de acordo com o art. 13 da Lei n.º. 12.462/2011 e o art. 8º, II c/c art.13 e Lei n.º 13.190/2015, do Decreto n.º. 7.581/2011 e Decreto n.º 8.251/2014. Resulta no afastamento das normas contidas na Lei n.º 8.666/1993, exceto nos casos expressamente previstos na Lei n.º 12.462/2011 e no Decreto n.º 7.581/2011.

A opção pelo Regime Diferenciado de Contratações como modalidade da licitação foi selecionado para ampliar a eficiência da contratação e a competitividade entre os licitantes, dar celeridade, transparência e assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

1.2 – INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I – PROJETO BÁSICO
ANEXO II – PROJETOS EXECUTIVOS
ANEXO III – PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS - ORÇAMENTÁRIA DETALHADA
ANEXO IV – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA
ANEXO V – MODELO DE COMPOSIÇÃO DE BDI
ANEXO VI – MODELO DE CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO
ANEXO VII - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA
ANEXO VIII – Modelo de Declaração de empresa optante pelo SIMPLES, CONFORME Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012;
ANEXO IX – MODELO DE PLACA DE OBRA
ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE AMBIENTAL
ANEXO XI – MINUTA DO CONTRATO

2 – DO OBJETO

2.1 – O presente RDC, tem por finalidade selecionar proposta mais vantajosa, que possibilite a UFSJ, a contratação de pessoa jurídica especializada para realização de adequação das Instalações Elétricas dos Laboratórios do DEPEL no CSA (Campus Santo Antônio) na cidade de São João del-Rei - MG da Universidade Federal de São João Del Rei, com execução mediante o regime de empreitada por preço global, conforme especificações contidas no Edital, Projeto Básico e seus Anexos.

2.2 - A obra será realizada no seguinte endereço: Universidade Federal de São João del-Rei - Campus Santo Antônio (CSA), Praça Frei Orlando, 170, bairro Centro, CEP: 36.307-352, São João del-Rei/MG.

2.3 - Em caso de discordância entre as informações deste Edital e as descritas no Compras governamentais prevalecerão as do Edital.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste RDC os interessados, que atenderem ao Edital, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste RDC deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização;

3.1.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a UFSJ responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.3. Permite subcontratação para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, até o limite de 30% do orçamento, devendo ser apresentadas as empresas durante a execução da sessão pública.

3.2. Não poderão participar deste RDC:

3.2.1. Empresa suspensa de participar de licitação ou de contratar com a Administração Pública, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.2. Empresa impedida de participar de licitação ou de contratar com a Administração Pública, durante o prazo da sanção aplicada;



3.2.3. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.2.4. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.2.5. Empresa que seu ato de constituição (estatuto, contrato social ou outro) não inclua o objeto deste RDC;

3.2.6. Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;

3.2.7. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos produtos, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.2.8. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.2.9. Aqueles de que trata o artigo 9º da Lei Federal nº. 8666/1993, ou que seu ramo de atividade (código e descrição da atividade econômica principal e/ou código e descrição das atividades econômicas secundárias) não contemple obras, que é o objeto deste RDC;

3.2.10. Pessoa física ou jurídica que elaborou, isoladamente ou em consórcio (se for o caso), o projeto básico ou executivo correspondente;

3.2.10.1 A pessoa jurídica da qual o autor do projeto básico ou executivo seja administrador, sócio com mais de cinco por cento do capital votante, controlador, gerente, responsável técnico ou subcontratado,

3.2.11. Servidor ou dirigente de órgão ou da UFSJ ou os responsáveis pela licitação.

3.2.11.1. O disposto no subitem acima se aplica aos membros da COMISSÃO, na condução do RDC.

3.2.12. Empresas de que sejam proprietários, controladores ou diretores Deputados ou Senadores nos termos do art. 54, II da Constituição.

3.3. Nenhuma licitante poderá participar desta licitação com mais de uma PROPOSTA DE PREÇOS;

3.4. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

4 – DO ENVIO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

4.2. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor unitário e total para cada item da proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

4.3. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital e da inexistência de fato superveniente;



4.4. O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos e bem como a declaração de elaboração independente de proposta conforme Instrução normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, SLTI, MPOG;

4.5. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital;

4.7. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico, entretanto, até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada;

4.8. Independente de transcrição por parte do licitante, obrigatoriamente as propostas deverão conter:

a) O prazo de *validade* (da proposta), de no **mínimo 120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir da data marcada para abertura da sessão;

b) O prazo de início dos serviços de no **máximo 10 (dez) dias úteis**, contados a partir a data de recebimento da Ordem de Serviço;

c) O prazo de execução dos serviços **é de 30 (trinta) dias** consecutivos, contados da data de assinatura da ordem de serviços pela Divisão de Projetos e Obras da UFSJ;

4.9. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

4.10. Ao realizar o cadastramento de sua proposta de preços, o licitante está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

4.11. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

4.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

4.13. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.14. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

4.15. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo presidente.

4.16. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

4.17. Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar todas as exigências do edital, bem como os documentos exigidos neste, para executar todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões e quaisquer alegações posteriores.

4.18. DA VISITA AO LOCAL DE EXECUÇÃO DAS FUTURAS OBRAS

4.18.1. Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado pela UFSJ para esse fim, que deverá ser agendada pelo telefone (32) 3379-5432 no horário de 09:00 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

4.18.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 2 (dois) dias úteis anteriores à data prevista para abertura da sessão pública.

4.18.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado e esta não é quesito obrigatório para a participação do certame.

4.18. É vedada a realização de visita técnica por um mesmo representante para diferentes LICITANTES.

5 – DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da sessão pública deste RDC, conduzida pela Comissão Permanente de Licitação de RDC, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Comissão Permanente de Licitação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do RDC, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, pela Comissão Permanente de Licitação de RDC ou de sua desconexão.

6 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS NO SISTEMA

6.1. A Comissão Permanente de Licitação verificará as propostas apresentadas no sistema Comprasgovernamentais e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

6.2. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances;

6.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante na proposta inserida no sistema Comprasgovernamentais, importa desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital; entende-se como licitante, o fornecedor, o fabricante, o importador, o representante, o distribuidor, ou qualquer outro direto ou indireto, não devendo, portanto, o licitante, citar marca, modelo, série, registro do produto ou serviço em qualquer órgão, especificações de sua exclusividade, enfim, qualquer elemento que possa lhe identificar o licitante ou o produto ofertado.

7 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES – MODO DE DISPUTA

7.1. **O modo de disputa será aberto** e na etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico Comprasgovernamentais, sendo registrado o horário e o valor de cada lance.

7.2. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

7.3. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.4. Durante a fase de lances, a Comissão Permanente de Licitação de RDC poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.5. Se ocorrer à desconexão da Comissão Permanente de Licitação no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6. No caso de a desconexão da Comissão Permanente de Licitação de RDC persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do RDC será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

7.7. O encerramento da fase de lances será decidido pelo Presidente da Comissão, que informará, com no mínimo cinco minutos de antecedência, sendo que a partir deste prazo, o sistema encerrará aleatoriamente a fase de lances, podendo ser de 1 a 30 minutos, sem que o Presidente tenha comando sobre o sistema nesta última etapa.

7.7.1. Decorrido o prazo fixado, o Presidente encerrará a fase de lances.

7.7.2. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Presidente poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

7.7.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.7.4. O Presidente anunciará o lance vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.8. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8 – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.1.1 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste RDC;

8.1.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará os licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

8.2. O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.3. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta condição, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

9 – DA NEGOCIAÇÃO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. A Comissão Permanente de Licitação poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3. Será vencedora a empresa que atender ao edital e ofertar o **maior desconto sobre o preço global estimado pela Administração** e conforme Art. 18, § 3º da Lei nº 12.462/2011, no caso de obras ou serviços de engenharia, o percentual de desconto apresentado pelos licitantes **deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório**.

9.3.1. O licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à administração pública, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI), com os respectivos valores adequados ao lance vencedor, **aplicando o desconto ofertado de forma linear em toda a planilha detalhada**.

9.3.2. **O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, sendo o desconto estendido aos eventuais termos aditivos.**

9.3.3. O valor do desconto proposto é de inteira responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.3.4. **O valor global estimado para a execução dos serviços objeto da licitação é R\$ 94.150,21 (noventa e quatro mil cento e cinquenta reais e vinte e um centavos), conforme projeto básico e planilha orçamentária constante do Anexo deste edital.**

9.4. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada (aquela que tiver seu preço aceito) com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada caso:

9.4.1. Contenha vícios insanáveis;

9.4.2. Não obedeça às especificações técnicas previstas no instrumento convocatório;

9.4.3. Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação, inclusive nas hipóteses previstas no caput do art. 9º do Decreto 7.581/11.

9.4.4. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública; ou

9.4.5. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

9.4.6. Não apresentar desconto sobre o preço global estimado pela Administração.

9.4.7. Estiver com valor total, por objeto, superior ao preço de referência estabelecido pela Administração.

9.4.8. Não apresente o cronograma físico-financeiro, nos moldes do Anexo VI deste Edital, e/ou com o prazo de execução superior ao definido pela Administração, no caso da proposta declarada provisoriamente vencedora.

9.4.9. Não apresente o Benefício/Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) ou Lucro e Despesas Indiretas (LDI), nos moldes do Anexo V, com a sua composição detalhada, no caso da proposta declarada provisoriamente vencedora.



9.5. A Comissão de Licitação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

9.5.1. Consideram-se inexequíveis as propostas com valor global inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela administração pública, ou

b) Valor do orçamento estimado pela Administração Pública.

9.5.2. A administração conferirá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

9.5.3. Na hipótese acima, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global.

9.5.4. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

9.5.5. A economicidade da proposta será aferida com base no **MAIOR DESCONTO** sobre valor global.

9.5.6. O valor global da proposta não poderá superar o orçamento estimado pela administração pública com base nos parâmetros previstos no §§ 3º, 4º ou 6º do art. 8º da Lei no 12.462, de 2011.

9.5.7. Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, a Comissão de Licitação poderá negociar com o licitante condições mais vantajosas.

9.5.8. A negociação de que trata o item acima poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.

9.5.9. Encerrado o julgamento, será disponibilizada a respectiva ata.

9.6. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

9.6.1. disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada em ato contínuo à classificação;

9.6.2. a avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

9.6.3. os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e

9.6.4. sorteio.

9.7. As regras previstas no item anterior não prejudicam a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

10 – DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A VENCEDORA deverá adequar sua proposta de preço ao último lance, aplicando o desconto ofertado linearmente em toda a planilha detalhada, contendo apenas duas casas após a vírgula, conforme regras matemáticas. A licitante que tiver seu preço aceito deverá apresentar a proposta financeira (modelo ANEXO VII) propriamente dita composta obrigatoriamente, dos seguintes documentos, os quais devem estar anexados a referida proposta financeira, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de desclassificação:

a) Especificações do objeto de forma clara, devidamente assinadas por seu representante legal identificado, observadas as especificações constantes do Projeto Básico, com a razão social da proponente, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail), mencionando opcionalmente o banco, número da conta corrente e da agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame;

b) O valor global total e o valor aplicado o desconto ofertado, em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução dos serviços objeto deste edital. Não se admitirá na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.

c) Planilha orçamentária sintética **aplicando o desconto ofertado**, elaborada usando-se duas casas decimais, sendo que o resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade deverá ser exata, bem como a soma dos itens.

d) Planilha orçamentária detalhada de acordo com o ANEXO III deste edital, **aplicando linearmente em todos os itens o desconto ofertado no valor global**.

e) O referido orçamento analítico deverá ser numerado observando a **mesma sequência dos itens da planilha orçamentária disponibilizada como modelo, em Anexo**.

f) Benefícios e Despesas Indiretas – BDI (ANEXO V), detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;

f.1) Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;

f.2) As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

f.3) Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do artigo 102, § 7º, II, da LDO 2013 e 9º, II, do Decreto 7.983, de 2013;

f.4) Para composição do BDI as licitantes deverão adotar a fórmula a seguir, em conformidade com o julgado do Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão 2622/2013 – TCU:

$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)(1+DF)((1+L))}{(1-I)} - 1$								
<p>Onde:</p> <table style="margin-left: 40px;"> <tr> <td>AC=</td> <td>taxa de administração central</td> </tr> <tr> <td>S =</td> <td>taxa de seguros</td> </tr> <tr> <td>R =</td> <td>taxa de riscos</td> </tr> <tr> <td>G =</td> <td>taxa de garantias</td> </tr> </table>	AC=	taxa de administração central	S =	taxa de seguros	R =	taxa de riscos	G =	taxa de garantias
AC=	taxa de administração central							
S =	taxa de seguros							
R =	taxa de riscos							
G =	taxa de garantias							

DF =	taxa de despesas financeiras
L =	taxa de lucro/remuneração
I =	taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS e ISS)

g) Cronograma físico e financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;

g.1) O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico.

h) O prazo de início, de conclusão e de garantia da obra, bem como o de validade da proposta não inferior a 120 (cento e vinte) dias e o de pagamento, na forma descrita no Projeto Básico, Anexo I deste edital, donde caso a proposta não conste estas informações, serão considerados os prazos do edital.

10.2. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.2.1. Encerrada a etapa de lances, o presidente da comissão permanente de RDC solicitará por meio da opção **“Enviar Anexo” do Sistema** Compras governamentais **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas** contados a partir da solicitação, a proposta de preço melhor classificada, devidamente *ajustada ao valor do lance dado ou negociado*, e demais documentos, planilhas e comprovações a serem anexados à proposta, bem como os documentos exigidos para habilitação, deverão ser encaminhados em arquivo único. Os documentos que já estejam contemplados no SICAF não necessitam ser enviados.

10.2.2. Todos os documentos de habilitação, proposta de preços e planilhas originais, caso solicitado pelo presidente da Comissão de RDC, deverão ser enviados no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da data de encerramento da fase de aceitação das propostas. A identificação do envelope contendo documentação e proposta deverá ser remetida conforme endereço e modelo abaixo:

À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ

PRAÇA FREI ORLANDO, 170, SALA 3.33, SÃO JOÃO DEL-REI – MG – CEP: 36.307-352

AT. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE RDC

RDC ELETRÔNICO 002/2020

REMETENTE: (Razão Social do Licitante)

ENDEREÇO:

CNPJ:

10.2.3. Para o julgamento da proposta, o presidente da comissão de licitação de RDC poderá utilizar-se de assessoramento técnico específico na área de competência cabível, através de parecer que integrará o processo.

10.2.4. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

- a) contenha vícios insanáveis;
- b) não obedeça às especificações técnicas previstas neste Edital e anexos;
- c) apresente preços manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela comissão de RDC; ou
- e) apresente desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e anexos, desde que insanável.

10.2.5 Considera-se inexequível a proposta com valor global que:



a) Apresentar valores irrisórios ou de valor zero e incompatível com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem aos materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

b) Apresentar valor global inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

b1) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela Administração Pública, ou,

b2) Valor do orçamento estimado pela administração pública.

10.2.6. A comissão de licitação de RDC irá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exeqüibilidade da sua proposta, o qual deverá comprovar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado através de apresentação de no mínimo 03 (três) valores de execução de obras onde a licitante tenha elaborado os projetos executivos e possua as mesmas características técnicas, físicas e com nível de acabamento similar ao objeto deste, onde deverá estar inserido o custo de equipamentos e os respectivos valores de BDI, compondo um valor por metro quadrado. Este valor por metro quadrado de construção será analisado pela Divisão de Projetos e Obras da UFSJ que emitirá parecer técnico deferindo ou indeferindo o valor proposto.

10.2.7. A análise de exeqüibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

10.2.8. Nas licitações de obras e serviços de engenharia, a economicidade da proposta será aferida com base nos custos globais.

10.2.9. O valor global da proposta não poderá superar o orçamento estimado pela administração pública com base nos parâmetros previstos no §§ 3o, 4o ou 6o do art. 8o da Lei no 12.462, de 2011.

10.2.10. O orçamento estimado da execução do objeto desta licitação foi calculado utilizando-se a Tabela Sinapi bem como os valores contratados em licitações anteriores executadas pela UFSJ com objeto similar acrescidos do percentual de BDI de referência.

10.2.11. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, a Comissão de RDC examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos termos do Edital.

10.2.12. É facultado à comissão de licitação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

10.3. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

10.3.1. Erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

10.3.2. As alterações de que trata este subitem serão submetidas à apreciação da Comissão, com a devida anuência de todos os licitantes.

10.4. A não apresentação de qualquer das planilhas e composições mencionadas anteriormente acarretará em desclassificação do licitante.

10.5. Na análise da proposta de preços será verificado o atendimento de todas as especificações e condições, estabelecidas neste edital e seus anexos.



10.6. Analisada a aceitabilidade do preço obtido, o Presidente divulgará o resultado do julgamento das propostas de preços.

10.7. O licitante que abandona o certame ou deixar de enviar a documentação indicada nesta condição será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.8. A Comissão Permanente de Licitação de RDC examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

10.9. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.10. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a produtos e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.11. No preço proposto já deverão estar inclusas todas as despesas e tributos.

11 – DA HABILITAÇÃO

11.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas pelo licitante classificado em primeiro lugar.**

11.2. A fase de habilitação do licitante melhor classificado ocorrerá logo após a fase de apresentação de proposta e da fase de lances do RDC.

11.3. Em caso de inabilitação, serão requeridos e avaliados os documentos de habilitação dos licitantes subsequentes, por ordem de classificação.

11.4. Os registros cadastrais serão feitos por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF, conforme disposto no Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001.

11.5. O cadastramento no SICAF será providenciado pela própria empresa interessada em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos da Administração Pública que integram o Sistema de Serviços Gerais – SISG, nos termos do parágrafo primeiro do art. 1º do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001.

11.6. Os documentos exigidos para habilitação, bem como a proposta de preço da melhor classificada e devidamente ajustada ao valor do lance dado ou negociado, e demais documentos e comprovações a serem anexados à proposta, deverão ser encaminhados em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema comprasgovernamentais no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados a partir da solicitação.

11.7. Os originais ou cópias autenticadas em Cartório de Notas, caso solicitado pelo presidente da Comissão de RDC, deverão ser enviados no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados da convocação do presidente da CPL RDC.

11.8. O licitante que já estiver cadastrado no SICAF, em situação regular, na data da abertura da sessão pública, ficará dispensado de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados. Todos os demais documentos exigidos no item 11 e seus subitens deverão ser apresentados, sob pena de inabilitação.

11.9. Relativo à Qualificação Técnica, deverá apresentar:

11.9.1. Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia - CREA, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, da região a que estiverem vinculados, em plena validade.

11.9.1.1. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA do Estado de Minas Gerais, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

11.9.2 - A contratada deverá ter em seu quadro engenheiro eletricista ou civil cumprindo os seguintes requisitos:

11.9.2.1 - Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços com as mesmas especificações técnicas contidas neste Projeto Básico e totalmente relacionadas com o objeto, executados a qualquer tempo, devidamente certificados pelo Conselho Regional de Engenharia da região competente.

11.9.2.2 - Apresentação de Certidões de Acervo Técnico (CAT), em nome de profissional da área de Engenharia Elétrica ou Civil integrante do quadro de pessoal permanente da empresa licitante na data prevista para a licitação, emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia CREA, nos quais fiquem demonstradas a execução de obras/reformas com natureza e especificações técnicas similares ao objeto deste Projeto Básico, executadas a qualquer tempo, emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia da região competente.

11.9.2.3 - Apresentar declaração da licitante indicando um responsável técnico (engenheiro eletricista ou engenheiro civil) para o acompanhamento da execução contratual, com experiência em serviços de mesma natureza e especificações técnicas do objeto deste Projeto Básico, devidamente comprovado pelo CREA competente. Nesta declaração deverão constar os dados: nome completo do profissional, CPF, identidade, registro do CREA. Este profissional poderá ser substituído por outro de experiência equivalente ou superior devidamente comprovado, desde que haja prévia comunicação e concordância do contratante.

11.9.2.3.1. O(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) deverá(ão) ser o(s) mesmo(s) dos atestados ou declarações de capacidade técnico - profissional apresentados.

11.9.3. Por ocasião da obra a licitante vencedora do certame deve recolher ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução dos serviços.

11.9.4. O vínculo entre o profissional e a pessoa jurídica pode ser comprovado por meio de contrato de trabalho anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contrato de prestação de serviço, livro ou ficha de registro de empregado, contrato social, ata de assembleia ou ato administrativo de nomeação ou designação do qual constem a indicação do cargo ou função técnica, o início e a descrição das atividades a serem desenvolvidas pelo profissional.

OBSERVAÇÃO: Solicitamos que nos atestados apresentados pelos licitantes, sejam destacados os respectivos serviços citados de preferência com “caneta marca texto”.

11.9.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins desta licitação, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

11.9.6. Deverá(ão) constar, preferencialmente, do(s) atestado(s) de capacidade técnico profissional, ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pela entidade profissional competente, em destaque, os seguintes dados: data de início e término dos serviços; local de execução; nome do contratante e da pessoa jurídica contratada; nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) na entidade profissional competente; especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados;



11.9.7. Se por qualquer razão for convocada a empresa subsequente, caso esta(s) venha apresentar atestados de um mesmo profissional, como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, já tenha apresentado por outra licitante neste RDC, todos serão inabilitados.

11.9.8. A qualificação técnica do profissional deverá estar de acordo com as regulamentações das atribuições profissionais conforme descrito na Resolução nº 218 de 29/06/73 e 1.010/2005 do CONFEA, Decreto Federal nº 23.569/1933 e Lei nº 12.378/10 de 31/12/2010 do CAU.

11.9.9. No decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

11.10. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

11.10.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados antes da data fixada para a abertura deste RDC;

11.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.10.3. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

11.10.4. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

11.10.5. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):

- I. Publicados em Diário Oficial; ou
- II. Publicados em jornal de grande circulação; ou
- III. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do **licitante**.

b) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- I. Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- II. Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

c) Sociedade criada no exercício em curso:

- I. Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

11.10.6. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta on line, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

a) As fórmulas serão conferidas por meio do SICAF ou em memoriais de cálculos anexados ao balanço e assinados pelo representante legal da empresa e pelo contador, constando o nº de registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, sendo este último apenas no caso de a licitante não ser optante do SICAF;

b) Os índices constarão apenas duas casas decimais, desprezando-se as demais;

c) Serão consideradas aptas financeiramente as empresas que obtiverem os índices igual ou superior a 1,0 (um inteiro).

11.11. Relativos à Habilitação Jurídica:

11.11.1. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

11.11.2. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.11.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

11.11.4. No caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização devidamente arquivado e Ato de registro da autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

11.11.5. Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata, para o exercício de atividade de obras civis, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da mencionada Instrução.

11.12. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

11.12.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.12.2. A prova de inscrição no CNPJ será feita pela apresentação do “Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral”, obtido na página da Secretaria da Receita Federal – SRF na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>, no serviço de “Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral”, em cumprimento ao disposto no artigo 19 da Instrução Normativa SRF nº. 200, de 13/09/2002, publicada na Seção 1 do D.O.U. de 01/10/2002, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.12.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal e quanto à Dívida Ativa da União, admitida a certidão positiva, com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei, emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF;

11.12.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal e Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.12.5. Prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

11.12.6. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, em atendimento a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011 e da Resolução do Tribunal Superior do Trabalho nº 1.470, de 24 de agosto de 2011.

11.12.7. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame. Este prazo poderá ser prorrogável por igual período a critério da Administração, quando requerida pelo licitante mediante apresentação de justificativa expresa, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.12.8. Comprovante de regularidade junto aos registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, da Controladoria Geral da União GU (Portal da Transparência – www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

11.12.9. Comprovante de regularidade junto aos registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (Portal do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.13. Os **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências. Será considerado inabilitado o licitante que: Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar sua habilitação por meio do SICAF, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

11.14. Documentos de Habilitação Complementares:

11.14.1. Deverá apresentar Declaração de Atendimento aos Procedimentos de Controle Ambiental, ANEXO X, em conformidade com o disposto do Decreto Estadual nº 49.674, de 06 de junho de 2005.

11.15. Disposições gerais acerca dos documentos de habilitação

11.15.1. A Comissão Permanente de Licitação poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes;

11.15.2. Caso algum dos documentos de habilitação venha a perder a validade no curso da licitação, a Comissão Permanente de Licitação poderá, conforme lhe faculta o § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, a comissão poderá consultar ao órgão responsável pela emissão do documento, para verificação de sua regularidade;

11.15.3. Caso a data de validade de alguma certidão constante do SICAF esteja vencida, a licitante deverá apresentar a certidão regularizada juntamente com o SICAF.

11.15.4. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, inclusive por cartório competente ou pela CPL, ou ainda em publicação feita em veículo de imprensa apropriado.



11.15.5. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, caso a Comissão de Licitação julgue conveniente.

11.15.6. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.

11.15.7. É facultado à comissão de licitação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

11.15.10. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.15.11. Será permitido a subcontratação, neste caso o contratado deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado. (Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011).

11.15.12. Em se tratando de subcontratação para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, até o limite de 30% do orçamento, o licitante deverá enviar todos os dados referentes às empresas subcontratadas e enviando através do “anexo do sistema” na fase de habilitação durante a execução da sessão pública.

11.15.13. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

11.15.14. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus Anexos.

11.15.15. A não apresentação de quaisquer documentos exigidos para a habilitação implicará na automática inabilitação do licitante.

12 – DOS RECURSOS

12.1. Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.

12.2. Os licitantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação deverão manifestar imediatamente, após o término de cada sessão, a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

12.3. As razões dos recursos deverão ser apresentadas no prazo de cinco dias úteis contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata, conforme o caso.

12.4. Declarado o vencedor, a Comissão Permanente de Licitação **abrirá prazo de 30 (trinta) minutos**, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.5. A falta de manifestação no prazo estabelecido não serão reconhecidos e autoriza a Comissão Permanente de Licitação a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

12.6. A Comissão Permanente de Licitação examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

12.7. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do

prazo do recorrente, sendo que na fase recursal, serão analisados os recursos referentes ao julgamento das propostas ou lances e à habilitação do vencedor.

12.8. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

12.9. O recurso aceito será dirigido à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade, cabendo a esta reconsiderar sua decisão no prazo de cinco dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida dentro do prazo de cinco dias úteis, contado do seu recebimento.

12.10. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

12.11. Os recursos serão processados na forma do Decreto nº 7.581 de 11 de outubro de 2011, não sendo aceitos recursos fora do sistema.

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Finalizada a fase recursal, o presidente da comissão de RDC, poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado. Exaurida a negociação, o procedimento licitatório será encerrado e os autos encaminhados à Autoridade Superior – Ordenador de Despesas, que poderá:

- 13.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis;
- 13.1.2. anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável;
- 13.1.3. revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade; ou
- 13.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14 - DAS SANÇÕES

14.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e demais cominações legais, o licitante que:

14.1.1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 40 e no art. 41 da Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011;

14.1.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

14.1.3. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.4. Não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

14.1.5. Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou

14.1.7. Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

14.2. A aplicação da sanção de que trata o item 14.1 e subitens, implicará ainda o descredenciamento do licitante, pelo prazo estabelecido, dos sistemas de cadastramento do governo federal – SICAF.

14.2.1. As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicam-se às licitações e aos contratos regidos pela Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011.

14.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 14.3.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 14.3.2. multa moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- 14.3.3. em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;
- 14.3.4. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 14.3.5. Multa de 20% (vinte por cento) do valor total estimado para a contratação, pela não assinatura do Contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação da UFSJ, e, ainda, pela não prestação dos serviços e por não iniciar as atividades no prazo estabelecido pela UFSJ;
- 14.3.6. Multa de 1% (um por cento) do valor total do Contrato, aplicável por dia de atraso, limitado a 5% (cinco por cento) do mesmo valor por atraso na entrega dos serviços;
- 14.3.7. Multa de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato por executar os serviços, objeto do Contrato, em desacordo com as normas técnicas e/ou especificações legais vigentes;
- 14.3.7. Multa de 5% (cinco por cento) do o valor total do Contrato, por cada descumprimento de outras cláusulas contratuais e aplicada, em dobro, no caso de reincidência.
- 14.3.8. Multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia;
- 14.3.9. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Contratante, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 14.3.10. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;
- 14.4. Cada uma das multas a que se refere esta Cláusula se submetem às seguintes disposições:
- 14.4.1. Quando aplicada no último mês de prestação dos serviços, será descontada da garantia, se prestada mediante caução em dinheiro;
- 14.4.2. Se a garantia for efetivada em outras modalidades, o valor da multa poderá ser retido, do último pagamento devido, até que seja executada;
- 14.4.3. Se a garantia não abranger o valor da multa e o pagamento tiver sido realizado, a diferença da multa deverá ser depositada, pela CONTRATADA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, na conta da CONTRATANTE, mediante guia de recolhimento a ser fornecida pela UFSJ;
- 14.5. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.
- 14.6. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.
- 14.7. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.



14.8. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

14.8.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.8.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.8.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.12. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15 – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

15.1. Dos atos da administração pública, praticados no curso desta licitação, caberão:

15.1.1 pedidos de esclarecimento e impugnações ao instrumento convocatório no prazo mínimo de:

a) até 2 (dois) dias úteis antes da data de abertura das propostas, no caso de licitação para aquisição ou alienação de bens; ou

b) até 5 (cinco) dias úteis antes da data de abertura das propostas, no caso de licitação para contratação de obras ou serviços.

15.2. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos em até 02 (dois) dias úteis.

15.3. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.4. Pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados ao e-mail cpl@ufs.j.edu.br ou protocolizada no endereço na Sala 3.33, Praça Frei Orlando, nº. 170, Centro - São João del-Rei, MG - CEP 36.307-352. Serão respondidos diretamente ao solicitante em 02 (dois) dias úteis e divulgados no site da UFSJ – www.ufsj.edu.br/dimap - no link Licitações. Os interessados deverão acompanhar e dar pleno conhecimento das respostas, pois estarão disponíveis no tempo hábil ao qual foi solicitado o esclarecimento.

15.5. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não têm efeito suspensivo.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Para a formalização do contrato, a CONTRATADA deverá prestar garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da proposta conforme disposto no artigo 56 da Lei 8.666/93, devendo ser apresentada em até 10 dias úteis, após a assinatura do contrato, conforme disposto no art. 56 da Lei nº

8.666, de 1993. Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens, conforme disposto no artigo 56 da Lei 8.666/93 em seu **§ 5º**.

16.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

16.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco dias) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666, de 1993.

16.1.3. Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor calculado com base no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

16.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de três meses após o término da vigência contratual.

16.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

16.3.1. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

16.3.2. prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

16.3.3. as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;

16.3.4. obrigações fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

16.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.

16.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

16.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

16.7. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

16.7.1. No caso de seguro-garantia, deverá ser realizado mediante a entrega da apólice, inclusive digital, emitida por empresa em funcionamento no Brasil, legalmente autorizada, sendo a UFSJ a única beneficiária do seguro.

16.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios dos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.

16.8.1. No caso de fiança bancária, deverá ser realizada mediante entrega da carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei nº 6.015, art. 129 e deverá vir acompanhada de : a) cópia autenticada do estatuto social do banco; b) cópia autenticada da ata da assembleia que elegeu a última diretoria do banco; c) cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco; d) reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

16.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

16.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data em que for notificada.

16.11. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

16.11.1. caso fortuito ou força maior;

16.11.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;

16.11.3. descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;

16.11.4. atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

16.12. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

16.13. Será considerada extinta a garantia:

16.13.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

16.13.2. no prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

16.13.3. A garantia somente será liberada após o perfeito e integral cumprimento do contrato, que somente será assim considerado quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à mão de obra utilizada.

16.14. É vedada qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação à garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias, nas garantias apresentadas na forma de fiança bancária ou seguro-garantia.

16.15. Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação não sejam comprovados até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas diretamente para a UFSJ.

16.16. A perda da garantia em favor da UFSJ, em decorrência de rescisão unilateral do contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

17 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1. O prazo de vigência do contrato é de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data da assinatura do Contrato até a finalização do serviço e atesto da UFSJ.

17.2. O prazo de execução é de 30 (trinta) dias consecutivos contados da data de assinatura da ordem de serviço pela Divisão de Projetos e Obras da UFSJ.

18 – DO CONTRATO

18.1. Sem prejuízo do disposto na Lei 12.462/2011, Decreto 7581/2011 e nos Capítulos III e IV da Lei 8.666/93, o contrato referente à execução das obras será formalizado e conterà, necessariamente, as Condições já especificadas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

18.2. As obrigações decorrentes da presente licitação constarão de contrato a ser firmado com a adjudicatária tendo por base este Edital, seus Anexos e a proposta apresentada atendido as normas vigentes.

18.3. Após a homologação deste certame, a adjudicatária terá o prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data de sua convocação por escrito para assinatura do Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art.81 da Lei 8.666/93.

18.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

18.5. Antes da celebração do contrato, a Administração realizará consulta on-line ao SICAF, e ao CEIS -, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

18.6. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.7. A recusa injustificada do licitante classificado em primeiro lugar para assinar o contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após devidamente convocado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, o que implicará na aplicação das sanções previstas no presente Edital.

18.8. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do § 1º do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 1993 c/c artigo 9º, § 4º, II da Lei nº 12.462/2011.

18.9. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, sendo permitida apenas para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, até o limite de 30% do orçamento, devendo ser apresentadas as empresas durante a execução da sessão pública, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, conforme previsto nos itens 11.15.11 e 11.15.12 deste edital.

18.10. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do art. 70, da Lei nº. 8.666/93. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, inclusive no caso de subcontratação, quando ficará solidariamente responsável com o subcontratado pelo cumprimento dessas obrigações. A inadimplência do contratado ou do subcontratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere a UFSJ a responsabilidade sobre o seu pagamento, nem poderá onerar objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis, consoante o disposto no § 1º do Art. 71, da Lei 8.666/93.

18.12. A UFSJ se reserva o direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da empresa contratada e de suas subcontratadas, se submetam a comprovação de suficiência a ser por ele realizada e de terminar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

18.13. Somente serão permitidas as subcontratações regularmente autorizadas pela UFSJ, sendo causa de rescisão contratual aquela não devidamente formalizada.

18.14. A contratada ao requerer a autorização para a subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a administração a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada,



respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.

18.15. A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

18.16. As empresas subcontratadas também devem comprovar, perante a UFSJ que estão em situação regular, fiscal e previdenciária e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam servidores ou ocupantes de cargo de Direção da UFSJ.

18.17. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18.18. Correrão por conta da Contratada as despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato.

18.19. Caso uma microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora da licitação e haja alguma restrição na comprovação da sua regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

18.20. A declaração do vencedor acontecerá no momento posterior ao julgamento das propostas, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

18.21. A prorrogação do prazo previsto neste subitem deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificado.

18.22. A não-regularização da documentação no prazo previsto no § 1º do artigo 43 da Lei nº. 8.666, de 1993, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

18.23. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do Art. 54 da Lei 8.666/93, combinado com o inciso XII do Art. 55 do mesmo diploma legal.

18.24. O contrato celebrado reger-se-á pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com exceção das regras específicas previstas na Lei nº. 12.462/2011, donde será esta aplicada;

18.25. É facultado à UFSJ, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos:

a) revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e nesta Lei; ou

b) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

c) Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos da letra “a” do item acima, a UFSJ poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.

19 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no PROJETO BÁSICO, Edital e seus anexos, na proposta apresentada e no Instrumento do Contrato.

19.2 - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

19.2.1. Deverá a licitante vencedora observar, também, o seguinte:

19.2.1.1 é proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal da UFSJ, durante a vigência do contrato;

19.2.1.2 é proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da UFSJ;

19.2.1.3 é vedada a subcontratação total dos serviços objeto deste RDC.

19.2.1.4 A subcontratação parcial dos serviços, no limite de 30%, só será admitida se previamente autorizada pela Administração da UFSJ.

19.2.1.5. Demais obrigações contidas neste edital, no Projeto Básico e demais anexos.

19.3 - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

19.3.1 Caberá à licitante vencedora providenciar, junto ao CREA/MG, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.

19.3.2 Os responsáveis técnicos pelos serviços a serem desenvolvidos deverão ter vínculo formal com a licitante vencedora e deverão ser os indicados na fase de habilitação do certame licitatório.

20 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

a) recursos da UFSJ:

Gestão/Unidade: 15276 / 154069

Fonte: 8108.000000

Programa de Trabalho – 170419

Elemento de Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

20.2. Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

21 - DO PAGAMENTO

21.1. O prazo para pagamento será de até 30 dias corridos, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada previstas no PROJETO BÁSICO Anexo I deste edital.

21.2.1. Deverá ser respeitado o prazo total de realização da obra conforme item 17.2. do edital.

21.2. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:

21.2.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro (ANEXO VI), o Gestor do Contrato apresentará o Boletim de Medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada, após todas as planilhas conferidas, será emitida pelo gestor do contrato o Termo de Vistoria para Liberação de Parcela Contratual, atestando assim o valor a ser pago daquela parcela.

- 21.2.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro (ANEXO VI), estiverem executados em sua totalidade.
- 21.2.3. Se a Contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da Contratante aprovar a quitação antecipada do valor respectivo.
 - 21.2.3.1 Juntamente com a primeira medição de serviços, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social – INSS.
 - 21.2.3.2 A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 21.2.4 No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente.
- 21.2.5 A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- 21.2.6 Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.
- 21.2.7 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, Gestor do Contrato da UFSJ, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.
- 21.2.8 O “atesto” da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente executados, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:
 - 21.2.8.1 Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratuais, nominalmente identificados;
 - 21.2.8.1.1 Da regularidade fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993; e
 - 21.2.8.1.2 Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.
- 21.3 Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 21.4 Antes do pagamento, a Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da Contratada no SICAF e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
- 21.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991.
- 21.6 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.
- 21.7 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 (ANEXO VIII).

- 21.8 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 21.9 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 21.10 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 21.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

21.12. DO REAJUSTE DO PREÇO

21.12.1. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice INCC calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.

22 - DA FISCALIZAÇÃO

22.1. A Universidade Federal de São João del Rei nomeará um servidor para exercer a função de Fiscal do contrato para realizar o mais amplo e completo acompanhamento e Fiscalização da execução do Contrato. Tal conduta consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários de forma a assegurar o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, e permite que ao servidor acima nomeado, em nome da Contratante, possa adotar as medidas necessárias para tal finalidade, sem que de qualquer forma restrinja a responsabilidade da Contratada, cabendo-lhe, caso julgue necessário:

- I- Adotar instrumentos de controle, para fins de fiscalização, elaborados em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, em consonância com as exigências contidas neste Projeto Básico, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:
 - a) Avaliar os resultados alcançados em relação à Contratada, com a verificação do cumprimento dos prazos e da qualidade demandada, conforme estabelecido;
 - b) Avaliar a adequação dos serviços prestados aos planejamentos estabelecidos;
 - c) Verificar o cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato.
- II- Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços objeto deste Contrato, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou emissão que não esteja de acordo com as exigências contratuais;
- III- Solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da UFSJ, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- IV- Ordenar a imediata substituição de empregado da Contratada que dificulte a execução contratual ou a que a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

- V- Comunicar a Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços por meio de formulário específico, ofício ou outro meio eletrônico (inclusive fax ou e-mail), adotando, tempestivamente, todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos **§§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº. 8.666, de 1993**.
- VI- Estabelecer os controles necessários ao acompanhamento, fiscalização e aferição da prestação dos serviços, cabendo à Contratada cumprir as determinações nos prazos estabelecidos pela Contratante;
- VII- Solicitar à Contratada, em prazo e periodicidades razoáveis que serão fixados, relatórios necessários ao bom acompanhamento e fiscalização dos serviços, os quais deverão estar condizentes com a realidade;
- VIII- Realizar, sempre que julgar necessário, pesquisas de preços para avaliar os praticados pela Contratada;
- IX- Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial aplicação de sanções e alterações do Contrato;
- X- Verificar se a Contratada está atendendo as exigências estabelecidas em Contrato;
- XI- Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- XII- A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com a planilha de preços unitários, de acordo com o estabelecido no Projeto Básico e na Proposta da empresa Contratada, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso,
- XIII- O fiscal nomeado por portaria pela UFSJ anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso;
- XIV- A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da UFSJ ou de seus servidores.

23 - DA ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DAS OBRAS E/OU SERVIÇOS

23.1 – Recebimento Provisório

a) Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da UFSJ, a qual competirá, através da Fiscalização do contrato, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório. Desde que constatada as seguintes condições:

I - Plena conformidade da execução dos serviços de acordo com as especificações contidas neste Projeto Básico e no projeto;

II - Limpeza da obra e das áreas utilizadas;

b) A UFSJ realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio da fiscalização, acompanhados dos profissionais da contratada encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a execução dos serviços e constatar se há necessidade de alterações.

c) Após tal inspeção, será lavrado TERMO CIRCUNSTANCIADO, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização da UFSJ, relatando as eventuais pendências verificadas.

d) A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços

até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório – Termo Circunstanciado.

23.2 – Recebimento Definitivo

a) O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado em até 30 (trinta) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório. O recebimento definitivo só será concedido quando a obra estiver totalmente concluída, em adequação aos termos contratuais, após vistoria que a comprove e exatidão da CND do INSS e regularidade das demais obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, ocasião em que será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, com mútua e geral quitação, sem prejuízo do disposto no Artigo 618 do código Civil Brasileiro.

24 - A RESCISÃO DO CONTRATO

24.1. As hipóteses de rescisão, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

25 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. A UFSJ reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como adiar “*sine die*” ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da PROPOSTA DE PREÇOS ou da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

25.2. É facultada a Comissão Permanente de Licitação de RDC ou à autoridade superior, em qualquer fase deste RDC, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

25.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

25.4. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste RDC.

25.5. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

25.6. Não serão aceitos documentos com a vigência vencida.

25.7. A participação neste RDC implica, automaticamente, plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

25.8. Este edital é instrumento de adesão, donde todos que participem estão automaticamente de acordo com suas condições; sua interpretação será sempre no sentido de ampliação da disputa.

25.9. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o Edital e seus Anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

25.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.11. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.12. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.

25.13. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

25.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos estabelecidos neste Edital e Anexos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão.

25.15. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

25.16. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.17. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

25.18. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e www.ufsj.edu.br/dimap.

25.19. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço UFSJ, Campus Santo Antônio, Praça Frei Orlando, 170 Centro, São João del-Rei, MG, CEP: 36.307-352, nos dias úteis, no horário **das 08 h às 12 h e das 13h e 30min às 17h e 30 min**, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados

25.20. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011 e subsidiariamente a Lei nº.8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

25.21. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o Foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de São João del-Rei, MG.

São João del-Rei, 27 de fevereiro de 2020

Fabiano Costa Torres
Comissão Permanente de Licitação RDC

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1 – OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para realização de reforma para adequação das Instalações Elétricas dos Laboratórios do DEPEL no CSA (Campus Santo Antônio) na cidade de São João del-Rei - MG da Universidade Federal de São João Del Rei, com execução mediante o regime de empreitada por preço global.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1. Por meio desta reforma serão realizadas adequações nas instalações dos laboratórios LAEDI, LACIR, LACON e LINNCE do Departamento de Engenharia Elétrica (DEPEL). À medida que o prédio do Complexo de Salas de Aula foi concluído, três salas de aula que haviam no primeiro pavimento do DEPEL ficaram sem uso, e, desta forma, o departamento decidiu utilizar estas salas para acomodar os laboratórios LAEDI, LACIR e LACON e utilizar o espaço do até então LAEDI para receber o LINNCE.

Com estas alterações será possível melhorar a estrutura destes laboratórios, podendo atender a um maior número de discentes de graduação e pós-graduação, além de tornar possível a realização de duas aulas simultâneas em um mesmo laboratório.

As instalações desses equipamentos englobam alterações nas instalações elétricas das salas em questão.

3 – FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os Serviços serão executados mediante o regime de empreitada por preço global.

3.2. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto nesse Projeto Básico.

4 – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros a seguir estabelecidos:

a) Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as prescrições das normas da ABNT aplicáveis a cada serviço ou aplicação de material.

b) Os materiais e equipamentos utilizados deverão ser aplicados ou instalados seguindo a orientação dos fabricantes.

c) Deverá ser utilizada mão de obra em quantidade adequada, de forma a permitir a conclusão dos trabalhos no prazo previsto no cronograma de execução.

d) A mão de obra deverá ser qualificada para realizar os serviços à que forem designados, e deverão ser supervisionados pelo responsável técnico e por um técnico de segurança do trabalho da empresa contratada.

e) Os materiais utilizados deverão apresentar as especificações mínimas definidas nesse Projeto Básico e na Planilha de Preços unitários.

- f) A empresa deverá fornecer todos os equipamentos e ferramental adequado, necessário para a perfeita execução dos serviços com qualidade e segurança.
- g) A empresa deverá fornecer aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual necessários, considerando os serviços, de acordo com a legislação.
- h) Durante toda a execução dos serviços os ambientes deverão permanecer limpos e desimpedidos de entulho; os materiais e ferramentas, até a sua utilização, deverão permanecer em almoxarifado devidamente organizado.
- i) Todos os funcionários deverão permanecer identificados por meio de crachá com identificação da empresa.
- j) Deverá haver emprego prioritário de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias – primas de origem local, nos termos do art.12, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, e § 1º do art. 4º da IN nº 01/10, da SLTI.
- k) Os materiais que serão utilizados pela empresa deverão ser, prioritariamente, recicláveis, reutilizáveis e biodegradáveis, com redução da necessidade de sua manutenção, nos termos do inc. VIII do art. 4º da IN nº 01/10, da SLTI.
- l) A empresa deverá cumprir o Projeto de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil, nos termos da Resolução nº 307, de 05/07/2012, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e § 3º do art. 4º da IN nº 01/10 da SLTI, sob pena de multa.
- m) A empresa deverá utilizar obrigatoriamente agregados reciclados nos serviços de engenharia sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior aos agregados naturais, nos termos do § 3º do art.4º da IN nº 01/10 da SLTI.

5 – VISTORIA

5.1. Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado pela UFSJ para esse fim, que deverá ser agendada pelo telefone (32) 3379 5432 no horário de 09:00 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

5.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 2 (dois) dias úteis anteriores à data prevista para abertura da sessão pública.

5.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado e esta não é quesito obrigatório para a participação do certame.

6 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. A contratada deverá, por ocasião da qualificação técnica, ter em seu quadro engenheiro eletricista ou civil cumprindo os seguintes requisitos:

a) Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia – CREA competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto deste Projeto Básico.

b) Atestados de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que tenha executado serviços com as mesmas especificações técnicas contidas neste Projeto Básico e totalmente relacionadas com o objeto, executados a qualquer tempo, devidamente certificados pelo Conselho Regional de Engenharia da região competente.

c) Apresentação de Certidões de Acervo Técnico (CAT), em nome de profissional da área de Engenharia Elétrica ou Civil integrante do quadro de pessoal permanente da empresa licitante na data prevista para a licitação, emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia CREA, nos quais fiquem demonstradas a execução de obras/reformas com natureza e especificações técnicas similares ao objeto deste Projeto Básico, executadas a qualquer tempo, emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia da região competente.

d) O vínculo entre o profissional e a pessoa jurídica pode ser comprovado por meio de contrato de trabalho anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contrato de prestação de serviço, livro ou ficha de registro de empregado, contrato social, ata de assembleia ou ato administrativo de nomeação ou designação do qual constem a indicação do cargo ou função técnica, o início e a descrição das atividades a serem desenvolvidas pelo profissional.

e) Apresentar declaração da licitante indicando um responsável técnico (engenheiro eletricitista ou civil) para o acompanhamento da execução contratual, com experiência em serviços de mesma natureza e especificações técnicas do objeto deste Projeto Básico, devidamente comprovado pelo CREA competente. Nesta declaração deverão constar os dados: nome completo do profissional, CPF, identidade, registro do CREA. Este profissional poderá ser substituído por outro de experiência equivalente ou superior devidamente comprovado, desde que haja prévia comunicação e concordância do contratante.

f) Por ocasião da reforma a licitante vencedora do certame deve recolher ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução dos serviços.

7 – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

a) Para a realização de todos os serviços, deverão ser fornecidos e instalados os equipamentos de Proteção Individual e Coletiva, que se fizerem necessários no decorrer das diversas etapas da reforma, de acordo com o previsto na NR 06 e na NR18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como as demais normalizações de segurança vigentes.

7.2. VIGILÂNCIA

a) É de competência da empresa contratada, exercer rigorosamente a vigilância na obra/reforma, inclusive os bens móveis e equipamentos, sendo de sua responsabilidade quaisquer danos ou prejuízos causados à UFSJ, funcionários e terceiros.

7.3. DOS SERVIÇOS PRELIMINARES

a) Detalhamento Complementar

I – Qualquer detalhamento complementar aos projetos para as adequações dos laboratórios do DEPEL, fornecidos pela UFSJ, que se fizer necessário será elaborado pela empresa contratada, com o acompanhamento da fiscalização da UFSJ;

II – As dimensões expressas no projeto deverão ser analisadas no local;

III – A empresa contratada manterá no canteiro de obra cópias dos documentos necessários ao acompanhamento dos serviços que serão executados.

b) Placa e canteiro de obra

I - Inicialmente deverá ser providenciada a confecção e instalação da placa da obra contendo os nomes dos responsáveis técnicos pela execução da obra e engenheiro(s) responsáveis pela fiscalização da obra, com os respectivos nº de registro no CREA, conforme modelo de placa fornecido pela UFSJ;

c) A Contratada deverá manter na reforma um técnico de segurança do trabalho em horário integral durante o período de execução dos serviços. Os serviços deverão ser supervisionados por um engenheiro eletricista ou civil com horário diário de 02(duas) horas.

7.4. CONVENÇÕES E DEFINIÇÕES

Neste projeto básico serão adotadas as seguintes convenções:

- 1.1. Contratante: UFSJ – Universidade Federal de São João del Rei
- 1.2. Contratada, Construtora, Construtor: Empresa construtora vencedora do certame licitatório e com a qual venha a ser contratada a execução da reforma.
- 1.3. Fiscalização: Técnicos e auxiliares designados pela CONTRATANTE habilitados para verificar o cumprimento parcial ou total das disposições contratuais e exercerem, em nome daquela, toda e qualquer ação de orientação geral e fiscalização da obra/reforma.
- 1.4. Termo Circunstanciado: termo de recebimento provisório.

Projetista: Empresa ou projetista responsável pela elaboração dos projetos.

7.5. IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

- Os serviços serão executados no Campus Santo Antônio – CSA, na cidade de São João del-Rei - MG.
- O(s) projeto(s) específico(s): arquitetônico, elétrico e hidrossanitário serão fornecidos pela contratante.

7.6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A contratada deverá manter no canteiro, onde serão executados os serviços, um engenheiro eletricista ou civil (02 horas diárias) que será responsável pela execução dos serviços bem como pela comunicação entre Contratada e Contratante.

7.6.1- ALVENARIAS

As Alvenarias serão em tijolos cerâmicos furados 09x19x19cm, assentes com argamassa mista, traço 1:3:6 (cimento, cal, areia fina) devidamente alinhados e prumados, com encunhamento. A alvenaria a ser executada refere-se ao fechamento da Janela no biotério. Deverão ser executados paredes *drywall* na espessura de 7 (sete) cm com uma placa em cada face, conforme projeto.

7.6.2- REVESTIMENTOS

As alvenarias receberão, via de regra, chapisco com argamassa mista de cimento e areia, no traço 1:3, espessura de 5mm. Após chapiscadas, receberão reboco do tipo paulista,

empregando argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia (traço 1:2:8), com aditivo Sika1 ou similar, espessura de 20mm.

7.6.3- INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

-Instalações hidráulicas deverão obedecer os projetos específicos e às normas pertinentes. Em qualquer situação prevalecem as normas NBR 5626 e NBR 8160 da ABNT. As tubulações e conexões serão em PVC rígido, padrão Tigre, devidamente coladas e testadas antes de qualquer fechamento da alvenaria, para verificação de estanqueidade. As juntas rosqueadas serão vedadas com fita de teflon. Na execução das tubulações de PVC, as partes soldadas deverão ser limpas com solução limpadora própria para este fim. As juntas dos tubos de PVC serão executadas com os devidos cuidados para se evitar a penetração de cola no seu interior ou o enrolamento das juntas de borracha, quando for o caso. As tubulações/conexões de água fria deverão ser de PVC rígido soldável na cor marron, padrão Tigre. As conexões terminais de saída de água fria deverão ser de PVC solda/rosca e com bucha de latão.. Todos os tubos de água fria, devem ter um caimento mínimo de 1% no sentido do fluxo de água. Os registros de gaveta e pressão juntamente com os acabamentos, devem ser submetidos à aprovação da fiscalização. Tubos e conexões para esgoto deverão ser de PVC rígido, série reforçada (série R), padrão Tigre. Nas Tubulações embutidas no concreto ou de passagem, deverá ser deixada uma folga de 2,0 mm para o diâmetro. As tubulações de esgoto deverão apresentar caimento mínimo de 2%, para tubos com diâmetro inferior ou igual a 75mm, e caimento mínimo de 1% para tubos com diâmetro superior a 100mm (NBR 8160). Os serviços a serem executados, para água fria, são a alimentação de 02(duas) torneiras de bancada, conforme projeto em anexo. A alimentação será feita através de ligação externa ao prédio, de rede de água interligando a rede de água fria na última laje do prédio (entre laje e telhado) até os pontos de alimentação nas bancadas, conforme projeto em anexo. O esgoto das duas bancadas serão feitos por tubos de PVC (série R), externos ao prédio, passando por uma caixa de inspeção e com lançamento no córrego existente.

7.6.4- PINTURA

- Em qualquer situação prevalecem as especificações contidas na NBR 13245 da ABNT. A pintura de paredes rebocadas, seguirão os seguintes passos: primeiramente as paredes deverão ser lixadas e limpas para remoção de imperfeições e poeiras. A limpeza após o lixamento deve ser feita com pano úmido. Deve-se executar o reboco no mínimo com 30 dias de antecedência ao início da pintura. Aplicar uma demão de líquido selador acrílico. Após a secagem procede-se a aplicação de duas demãos de tinta acrílica, com intervalo suficiente para secagem entre a 1ª e 2ª demãos, conforme orientação do fabricante. Deve-se pintar em dias com temperaturas entre 10°C e 40°C (evitar dias chuvosos). A tinta deve ser da Suvinil ou com padrão equivalente. As portas/janelas deverão ser pintadas com duas demãos de esmalte sintético. Se for necessário, deve-se proceder a aplicação de uma terceira demão de tinta, para correção de possíveis imperfeições. O biotério deve ser pintado com tinta epóxi, 02(duas) demãos, após a aplicação de 01 (uma) demão de massa corrida.

7.6.5- ARMÁRIOS

- Deverão ser executados armários utilizando-se divisória cega, painel mso/colmeia, e= 35 mm montante/rodapé duplo alumínio anodizado. Os armários serão fixados à alvenaria com buchas S8. Os armários a executar são os que constam do projeto em anexo, nas quantidades planilhadas.

7.6.6. INSTALAÇÕES

Abaixo segue uma descrição sucinta dos serviços que serão executados:

- a) Remoção dos trechos de cabos de alimentação dos laboratórios LACIR e LACON, realizando a entrega do material retirado em local definido pela fiscalização;
- b) Instalação do cabeamento referente aos novos cabos de alimentação dos laboratórios LACIR E LACON;
- c) Substituição dos quadros de distribuição existentes nas salas que receberão o LACIR e LACON, realizando a entrega do material retirado em local definido pela fiscalização;
- d) Retirada de circuitos e eletrodutos existentes e realocação de luminárias na sala que receberá o LINNCE;
- e) Instalação de disjuntores, DPS e fusíveis;
- f) Instalação de tubulação aparente, inclusive condutes, etc;
- g) Instalação do cabeamento dos circuitos terminais adicionados às salas em questão;
- h) Instalação de tomadas comuns e industriais, do tipo Steck;
- i) Instalação de marcadores tipo anilha e porta marcador para identificação de cabos, terminais, abraçadeiras, etiquetas/plaquetas para identificação dos dispositivos de proteção e manobra nos quadros, além da instalação de chapas de acrílico para proteção contra contatos diretos com as partes vivas dos quadros (em caso de quadros de montagem);
- j) Limpeza final.

7.6.6.1. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

As instalações elétricas deverão ser executadas conforme projetos específicos, as normas da ABNT, NR's do MTE; especialmente segundo a NBR-5410 que versa sobre instalações elétricas de baixa tensão em edificações e a NR-10, que versa sobre segurança em instalações e serviços em eletricidade.

Não poderá ser utilizado nenhum material que não seja novo e que não esteja de acordo com as especificações.

Todos os cabos de circuitos, tomadas e interruptores deverão ser identificados/anilhados, sem excessão.

O quantitativo de cabos deve sempre ser medido "*in loco*" antes de realizar a compra dos mesmos.

No projeto estão indicados tanto os circuitos novos quanto os circuitos existentes, com as devidas indicações.

7.6.6.1.1. DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA

É denominada de distribuição primária, as instalações elétricas que vão desde o QGBT, instalado no depósito de alimentos não perecíveis, até o quadro elétrico de distribuição terminal de circuitos (QDL-01).

Desde o QGBT, partem circuitos alimentadores que irá alimentar o(s) quadro(s) elétrico(s) de distribuição de circuitos terminais, denominados e identificados como QDL-X, sendo que a letra "X" é o caractere numérico que identifica o quadro.

Os cabos que compõe os circuitos de distribuição primária deverão ser instalados em eletrodutos, afixados de forma aparente ou embutida na edificação, conforme indicado em projeto.

7.6.6.1.2. DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA

A distribuição secundária de energia elétrica, será feita a partir do(s) quadro(s) de distribuição de circuitos, identificados como QDL-X, devidamente dimensionados e localizados de forma estratégica na edificação, conforme apresentado em projeto específico, sendo que a letra "X" é o caractere numérico que identifica o quadro.

7.6.6.1.3. ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, CABEAMENTO ESTRUTURADO E SEGURANÇA ELETRÔNICA

GERAL

Para as instalações de infra-estrutura de tubulação e eletrocalha deverão ser utilizados os mesmos tipos de materiais para todos os projetos. Assim sendo, eletrocalhas, eletrodutos, perfilados, condutores, entre outros deverão ter as mesmas características técnicas para todos os projetos.

ELETRODUTOS DE PVC

Aplicação:

Condutores para passagem de cabos da rede elétrica, de cabeamento estruturado, de telefonia e demais utilidades.

Características Técnicas / Especificação.

Os eletrodutos deverão ser do tipo rígido, com material à base de PVC que não propague chamas. Deverão possuir roscas nas extremidades, fabricados e testados de acordo com as normas da ABNT - (NBR 6150) e fornecidos em peças no comprimento de 3,0m na cor cinza e nos diâmetros indicados no projeto.

Forma de Instalação / Aplicação:

Os eletrodutos deverão ter a superfície interna completamente lisa, sem rebarba e livre de substâncias abrasivas.

Estes, deverão ainda ser inalteráveis, não sofrendo deformações no decorrer do tempo, sob a ação do calor ou da umidade, suportando as temperaturas máximas previstas para os cabos em serviço.

As conexões deverão ser feitas com luvas rosqueáveis.

A conexão de eletrodutos às caixas não rosqueáveis, deverá ser por meio de buchas e arruelas apropriadas.

Não será permitido o uso de solda no caso de eletrodutos metálicos e de cola no caso de eletrodutos de PVC.

As extremidades livres, não rosqueadas diretamente em caixas ou conexões, deverão ser providas de buchas e arruelas.

Os eletrodutos de aço de diâmetro inferior a 1", poderão ser curvados usando-se métodos manuais adequados.

No caso de diâmetros superiores, estes somente poderão ser curvados por máquinas especiais para dobragem de eletrodutos, devendo o curvamento obedecer aos raios mínimos da tabela a seguir.

DIÂMETRO NOMINAL DO ELETRODUTO EM POLEGADAS	RAIOS DE CURVATURA MÍNIMOS	
	POLEGADAS	MILÍMETROS
3 / 4	05	127
1	06	152
1 . 1 / 4	08	203
1 . 1 / 2	10	254
2	12	305
2 . 1 / 2	15	361
3	18	457
3 . 1 / 2	21	533
4	24	610

Não será permitido aquecer os eletrodutos para facilitar seu curvamento, sendo que este deverá ser executado ainda, sem enrugamento, amassaduras ou avarias no revestimento.

Grupos paralelos deverão ser curvados de modo a formarem arcos de círculos concêntricos, mesmo que sejam de diâmetros diferentes, a menos que expressamente indicado de outra forma no projeto.

Nos demais casos, deverão ser obrigatoriamente usadas curvas pré fabricadas em todas as mudanças de direção.

Não deverão ser empregadas curvas com deflexão maior que 90°.

No caso de conexões por luvas rosqueáveis, os eletrodutos poderão ser cortados por meio de corta tubos ou serra, sendo as roscas feitas com uso de cossinete e com ajustes progressivos.

As roscas que contiverem uma volta completa, ou mais, de fios cortados, deverão ser rejeitadas, mesmo que a falha não fique na faixa de aperto.

Após a execução das roscas, as extremidades deverão ser escariadas para a eliminação de rebarbas.

Com a finalidade de obter melhor estanqueidade e prevenir corrosão, quando do rosqueamento dos eletrodutos de aço, deverá ser aplicada sobre as roscas, tinta metálica especial, não sendo permitido o uso de material fibroso (cânhamo, juta, estopa, etc.).

O rosqueamento deve alcançar obrigatoriamente, o mínimo de cinco fios completos de rosca.

Os eletrodutos deverão ser instalados de modo a não formarem cotovelos ou depressões onde possam acumular água, devendo estes apresentar uma ligeira e contínua declividade (no mínimo de 0,25%) em direção às caixas nos trechos horizontais.

O número máximo de curvas entre duas caixas deverá obedecer às prescrições da NBR-5410.

Os eletrodutos embutidos, ao sobressaírem dos pisos e paredes, não deverão ser rosqueados a menos de 150mm da superfície, de modo a permitirem um eventual futuro corte e rosqueamento.

Após a instalação dos eletrodutos deverá ser colocado nos mesmos um arame galvanizado nº 12 BWG, a menos que a gerência de obra/reforma aprove outro processo que permita a enfição dos condutores.

Durante a montagem e após a mesma, antes da concretagem e durante a construção, deverão ser vedadas as extremidades dos eletrodutos por meios adequados, a fim de prevenir a entrada de corpos estranhos, água ou umidade.

ELETRODUTOS DE AÇO

Aplicação.

Conduitos para passagem de cabos da rede elétrica, de cabeamento estruturado, de telefonia e demais utilidades.

Características Técnicas / Especificação.

Estes eletrodutos deverão ser do tipo rígido e fabricados em aço carbono galvanizado. Deverão possuir roscas nas extremidades, fornecidos em peças de 3,0m de comprimento, fabricados e testados de acordo com as normas da ABNT (NBR 5624), também no que se refere ao tratamento químico.

Forma de Instalação / Aplicação

Deverão ser adotados os mesmos procedimentos mencionados no item anterior.

BUCHAS E ARRUELAS PARA ELETRODUTOS

Aplicação.

Fixação dos eletrodutos nas caixas de passagem.

Características Técnicas / Especificação.

As buchas e arruelas deverão ser fabricadas em liga de alumínio, e deverão ter o mesmo tipo de rosca dos eletrodutos e serem fornecidas nos diâmetros indicados no projeto para atender à tubulação associada.

Forma de Instalação / Aplicação.

Deverão ser lixadas e rosqueadas de forma que sejam evitadas quinas vivas e/ou rebarbas.

CURVAS PARA ELETRODUTOS

Aplicação.

Desvios em curva para condutos circulares (eletrodutos).

Características Técnicas / Especificação.

As curvas para eletrodutos deverão ser pré-fabricadas, com os mesmos materiais dos eletrodutos, possuírem roscas nas extremidades e serem fornecidas com ângulos de 90°, raio longo ou 45°, conforme a necessidade.

Forma de Instalação / Aplicação.

Deverão ser lixadas e rosqueadas de forma que sejam evitadas quinas vivas e/ou rebarbas.

LUVAS PARA ELETRODUTOS

Aplicação.

Emendas entre condutos circulares (eletrodutos) e/ou entre condutos e curvas.

Características Técnicas / Especificação.

As luvas deverão ser fabricadas com os mesmos materiais dos eletrodutos, possuírem rosca interna total e serem fornecidas nos diâmetros indicados nas listas de materiais.

Forma de Instalação / Aplicação.

Deverão ser lixadas e rosqueadas de forma que sejam evitadas quinas vivas e/ou rebarbas.

CONDULETES

Aplicação.

Conexão de condutos e passagem para fios e cabos dos diversos sistemas a serem instalados.

Características Técnicas / Especificação.

Os condutes deverão ser fabricados em liga de alumínio fundido, ter tampa aparafusada ao corpo com junta de vedação em borracha neoprene e serem livres de rebarbas nas partes que ficam em contato com os condutores.

Os condutes nos quais serão instalados dispositivos tais como tomadas, interruptores, etc, deverão ter as mesmas características dos demais e vir com as tampas apropriadas para esta finalidade.

Forma de Instalação / Aplicação.

Os condutes deverão ser firmemente enroscados aos eletrodutos, nivelados na altura indicada no projeto e alinhados uns com os outros.

CAIXAS DE PASSAGEM

Aplicação.

Sistema de tubulação e passagem para fios e cabos.

Características Técnicas / Especificação.

As caixas de passagem (maiores que 2x4" e 4x4") deverão ser em chapa de aço #16 USG dobradas e deverão ser fornecidas com tampa metálica de bom acabamento.

Deverão possuir furos para eletrodutos do tipo "Vintém", e possuírem tampa com dobradiças e aletas de ventilação.

Na fabricação, deverão ter recebido tratamento anticorrosivo pelo sistema de banho químico (desengraxe e fosfatização a base de fosfato de ferro) e ainda pintura eletrostática epóxi a pó na cor cinza.

Forma de Instalação / Aplicação.

As caixas de passagem e derivação com montagem embutida, deverão ser firmemente fixadas nas paredes, niveladas na altura indicada no projeto, e faceando a argamassa de acabamento.

Só poderão ser abertos os olhais das caixas destinadas a receber ligação de eletrodutos.

PERFILADOS E SEUS COMPLEMENTOS

Aplicação.

Condutos horizontais (abertos ou fechados – conforme o projeto) para fios e cabos.

Características Técnicas / Especificação.

Os perfilados deverão ser em forma de “U” e não possuírem tampa. Deverão ser perfurados e frisados, fabricados em chapa 16USG, na dimensão padronizada de 38x38mm. Estes deverão ser fornecidos em peças de 6,0m.

Seus complementos, acessórios, conexões e materiais de fixação deverão ser do mesmo fabricante com a utilização dos mesmos materiais dos perfilados.

Forma de Instalação / Aplicação.

Afixados no teto por chumbadores, tirantes e ganchos apropriados. Deverão ser fixados com no máximo 1,5m de distância em fixações.

ELETROCALHAS

Aplicação.

Condutos horizontais (abertos ou fechados – conforme o projeto) para fios e cabos.

Características Técnicas / Especificação.

As eletrocalhas deverão ser perfuradas ou lisas, e nas dimensões apropriadas, conforme especificado no projeto. Conforme o caso, deverão ser tampadas e possuírem também tampas terminadoras.

Deverão ser fabricadas em chapa 16USG, frisadas e o processo de união das peças deverá ser a frio.

Deverão ser pré-zincadas à fogo e possuírem camada de zinco de no mínimo 18 micras por face.

Quando o projeto especificar a utilização de tampas estas deverão ser de pressão, fabricadas com o mesmo material das eletrocalhas.

Todos os componentes do sistema, tais como curvas, talas, derivações, etc., e também os equipamentos de fixação, deverão ser fabricados com os mesmos materiais das eletrocalhas e serem de um mesmo fabricante.

Forma de Instalação / Aplicação.

Afixadas no teto por chumbadores, tirantes e suportes apropriados. Quando junto de paredes poderão ser utilizadas também mãos francesas duplas (38x76mm). Deverão ser fixadas a no máximo 1,5m de distância entre fixações.

CAIXAS PARA DISPOSITIVOS

Aplicação.

Instalação de dispositivos tais como tomadas, interruptores e conectores RJ45 fêmeas.

Características Técnicas / Especificação.

As caixas para instalação de tomadas, interruptores, e outros dispositivos, deverão ser em condutes simples ou duplos, conforme indicado no projeto.

Forma de Instalação / Aplicação.

Salvo indicação expressa em contrário no projeto, as cotas das caixas de parede e nas divisórias, deverão ser os seguintes:

- ✓ Interruptores: 1100mm do topo da caixa ao piso acabado.
- ✓ Tomadas baixas: 300mm do topo da caixa ao piso acabado.
- ✓ Tomadas em locais úmidos: 1100mm do topo da caixa ao piso acabado.

Os condutes de tomadas e interruptores, quando próximas dos batentes das portas, deverão ter pelo menos 50mm de afastamento dos mesmos.

As diferentes caixas de um mesmo compartimento deverão ser perfeitamente alinhadas e dispostas de forma a não apresentarem conjunto irregular e/ou desordenado.

ABRAÇADEIRAS PARA ELETRODUTOS

Aplicação.

Fixação de eletrodutos aparentes.

Características Técnicas / Especificação.

As abraçadeiras para eletrodutos deverão ser fabricadas em chapa de aço galvanizada, nas espessuras mínimas recomendadas pelos fabricantes de maior conceito no mercado, devendo esta espessura variar em função dos diâmetros dos eletrodutos. As abraçadeiras, deverão ser do tipo "D" ou circular, omega ou cunha, conforme a necessidade de aplicação.

Forma de Instalação / Aplicação.

Afixar nas paredes e/ou divisórias com bucha e parafuso.

ACESSÓRIOS GERAIS

Aplicação.

Fixação geral das instalações.

Características Técnicas / Especificação.

Os acessórios tais como parafusos, porcas, arruelas, chumbadores, buchas de expansão de nylon e outros, deverão ser fabricados segundo as normas da ABNT, internacionais ou de fabricantes idôneos no caso de não existirem as anteriormente listadas, apresentarem-se isentos de imperfeições e adequados ao uso para o qual se destinam.

Forma de Instalação / Aplicação.

Instalação e aplicação conforme o elemento das instalações a ser afixado.

7.6.8.1.4.1. MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

CABOS COM ISOLAMENTO PARA 750V – LSZH

Aplicação.

Instalações elétricas de baixa tensão, em condutos aparentes, em locais com grande fluxo de pessoas.

Características Técnicas / Especificação.

Estes cabos condutores deverão ser de cobre, flexíveis, formado de fios de cobre nu (classe 5). Deverá ser com isolamento para 750V, em material poliolefinico não halogenado, dupla camada. Deverão suportar temperaturas de até 85°C e suportarem o dobro do tempo (definido em norma) para sobrecargas eventuais.

Deverão ser fabricados segundo a norma NBR 13.248.

Deverão ser na cor azul claro (para condutor neutro), na cor verde ou verde raiado de amarelo (para o condutor terra) e nas cores preta, vermelha e branca para os condutores fase. Os condutores "retorno" deverá ser na cor cinza.

Forma de Instalação / Aplicação.

Deverão ser desenrolados e cortados nos lances necessários, previamente verificados através de uma medida real do trajeto e não por escala de desenho.

O transporte dos lances e a sua colocação deverão ser feitos sem arrastar os cabos, a fim de não danificar a capa protetora ou isolamento, devendo ser observado os raios mínimos de curvatura permitidos.

Nas caixas de passagem, os cabos de um mesmo circuito deverão ser agrupados por abraçadeiras plásticas e identificados com o número do circuito e com a letra ou número do quadro de distribuição a que pertencem. Esta identificação também deverá acontecer tanto nos quadros elétricos quanto nos pontos de utilização (luminárias, tomadas, interruptores, etc).

Para a identificação mencionada no parágrafo anterior deverão ser seguidos os seguintes exemplos: C-A1, indica circuito de energia comum, quadro A, circuito 1; Q-A1, indica circuito de energia de qualidade, quadro A.

Os cabos deverão ter as pontas vedadas para protegê-los contra a umidade durante o armazenamento e a instalação.

Todo cabo encontrado danificado ou em desacordo com as normas e especificações, deverá ser removido e substituído.

Todas as instalações das fiações deverão ser feitas de maneira ordenada, limpa e com boa aparência final.

Deverão ser deixados, em todos os pontos de ligações, comprimentos adequados de cabos para permitir as emendas e conexões necessárias.

CABOS COM ISOLAMENTO PARA 1KV

Aplicação.

Instalações elétricas de baixa tensão, quando os condutores passam pelo piso ou por áreas sujeitas a umidade. Ou ainda quando são utilizados como circuitos alimentadores de quadros de distribuição.

Características Técnicas / Especificação.

Estes cabos condutores deverão ser de cobre, flexíveis, formado de fios de cobre nu (classe 5). Deverá ser com isolação para 1kV em composto termofixo HEPR e composto poliolefínico termoplástico 90°C não halogenado..

Deverão ser fabricados segundo a NBR 7288 / 7289.

Deverão ser na cor azul claro (para condutor neutro), na cor verde ou verde raiado de amarelo (para o condutor terra) e nas cores preta, vermelha e branca para os condutores fase. Os condutores “retorno” deverão ser na cor cinza.

Forma de Instalação / Aplicação.

Quando utilizados como alimentadores, deverão ser instalados dentro de condutos circulares exclusivos ou ainda em eletrocalhas, conforme definido no projeto.

CONDUTORES NUS (ATERRAMENTO)

Aplicação.

Aterramento do sistema elétrico.

Características Técnicas / Especificação.

Deverão ser de cobre, encordoamento classe B, sete fios, fornecidos nas seções em milímetros quadrados indicadas no projeto e fabricados segundo as normas da ABNT.

Forma de Instalação / Aplicação.

Deverão ser enterrados diretamente no solo e conectados às hastes de aterramento por conectores apropriados, conforme previsto no projeto.

DISJUNTORES PARA OS QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO – QDLS

Aplicação.

Proteção e seccionamento da rede elétrica.

Características Técnicas / Especificação.

Os disjuntores deverão ser em caixa moldada, monofásicos, bifásicos ou trifásicos, com elementos termomagnéticos, invólucro isolante para 600 V, e capacidade de ruptura indicada em projeto e planilha orçamentária.

Deverão possuir bornes adequados para ligação dos condutores, sendo preferível que os parafusos dos bornes não atuem diretamente sobre os cabos ou fios.

Todos os disjuntores deverão possuir certificação ISO 9002 e atenderem a norma européia IEC 60898/89, curvas B e C (sendo curva B para tomadas comuns e iluminação e curva C para equipamentos especiais)

Forma de Instalação / Aplicação.

Localizados dentro dos quadros de distribuição, os disjuntores deverão ser afixados segundo os elementos de fixação predefinidos na fabricação dos quadros.

SUPRESSORES DE SURTO CLASSE I/II

Aplicação.

Proteção da rede elétrica e de equipamentos contra sobre tensões.

Características Técnicas / Especificação.

Os supressores de surto deverão ser monopolares, classe I/II. Deverão ser compostos por Varistor de Óxido de Zinco (Metal Oxide Varistor - MOV), com capacidade de dreno de corrente de surto de 20kA na forma de onda 8/20 μ s e corrente máxima de surto de 45kA na forma de onda 8/20 μ s, corrente de impulso de 12,5kA na forma de onda 10/350 μ s.

Devem possuir desligador interno que desconecta o Supressor de Surtos da rede caso este seja submetido a distúrbios acima da sua capacidade e sinalização de status de operação através de bandeira.

Devem possuir concepção modular que facilite a montagem conjunta de diversas unidades de Supressores de Surtos, conectados diretamente ou não ao barramento, assim como a outros componentes dos quadros de distribuição de circuitos.

Possam atuar diversas vezes sem necessidade de ser substituído ou religado.

A fixação deve ser simples e rápida, feita sobre trilhos padronizados de 35 mm, padrão europeu (DIN) ou através de garras padrão americano (NEMA). Devem ser apropriados para instalação entre Fase e Neutro ou entre Fase e PE.

Forma de Instalação / Aplicação.

Localizados dentro dos quadros de distribuição, os supressores de surto deverão ser afixados segundo os elementos de fixação predefinidos na fabricação dos quadros.

SUPRESSORES DE SURTO CLASSE II

Aplicação.

Proteção da rede elétrica e de equipamentos contra sobre tensões.

Características Técnicas / Especificação.

Os supressores de surto deverão ser monopolares, classe II. Deverão ser compostos por Varistor de Óxido de Zinco (Metal Oxide Varistor - MOV), com capacidade de dreno de corrente de surto de 20kA na forma de onda 8/20 μ s e corrente máxima de surto de 45kA na forma de onda 8/20 μ s.

Devem possuir desligador interno que desconecta o Supressor de Surtos da rede caso este seja submetido a distúrbios acima da sua capacidade e sinalização de status de operação através de bandeira.

Devem possuir concepção modular que facilite a montagem conjunta de diversas unidades de Supressores de Surtos, conectados diretamente ou não ao barramento, assim como a outros componentes dos quadros de distribuição de circuitos.

Possam atuar diversas vezes sem necessidade de ser substituído ou religado.

A fixação deve ser simples e rápida, feita sobre trilhos padronizados de 35 mm, padrão europeu (DIN) ou através de garras padrão americano (NEMA). Devem ser apropriados para instalação entre Fase e Neutro ou entre Fase e PE.

Forma de Instalação / Aplicação.

Localizados dentro dos quadros de distribuição, os supressores de surto deverão ser afixados segundo os elementos de fixação predefinidos na fabricação dos quadros.

LUMINÁRIAS PARA LÂMPADAS TUBULARES LED

Aplicação.

Iluminação geral dos ambientes.

Características Técnicas / Especificação.

As luminárias para lâmpadas led tubulares deverão ser de alto rendimento, para instalação de embutir ou de sobrepor (conforme o caso especificado no projeto), para lâmpadas led de 18W, com corpo em chapa de aço tratada e pintura eletrostática na cor branca.

Deverão ser ainda com refletor em chapa de alumínio anodizado de alta reflexão e grau de pureza mínima de 99,85%.

Deverão ser equipadas com soquetes antivibratórios em policarbonato com rotor de segurança e contatos em bronze fosforoso.

Forma de Instalação / Aplicação.

Afixadas no teto, segundo o forro do ambiente, por chumbadores e tirantes apropriados.

Critério de Medição.

Contagem dos itens instalados in loco e conferência entre o executado e o projeto.

LÂMPADAS TUBULARES LED

Aplicação.

Iluminação Geral

Características Técnicas / Especificação.

As lâmpadas deverão ser tubulares na potência de 18W, com as seguintes características técnicas:

As lâmpadas de 18W deverão possuir fluxo luminoso de 1850lm, temperatura de cor de 4000W, índice de reprodução de cores 80-89, diâmetro de 28mm, comprimento 1213mm e base G13, bivolt, 100-240V e selo Procel.

Forma de Instalação / Aplicação.

Em soquetes afixados na luminária.

LÂMPADAS BULBO LED

Aplicação.

Iluminação Geral

Características Técnicas / Especificação.

As lâmpadas deverão de bulbo na potência de 12W, com as seguintes características técnicas:

As lâmpadas de 12W deverão possuir fluxo luminoso de 1300lm, temperatura de cor de 4000W, índice de reprodução de cores 80-89, base E-27, bivolt, 100-240V, e selo Procel.

Forma de Instalação / Aplicação.

Em soquetes afixados na luminária.

INTERRUPTORES

Aplicação.

Comando da iluminação.

Características Técnicas / Especificação.

Os interruptores deverão possuir teclas fosforescentes, serem fabricados com material não propagante a chama, possuírem bornes enclausurados e contatos prateados de alta durabilidade para correntes de 10A em 250V.

Deverão ser na cor branca ou marfim.

Forma de Instalação / Aplicação.

Nas caixas para dispositivos.

TOMADAS

Aplicação.

Tomadas de energia elétrica em geral.

Características Técnicas / Especificação.

As tomadas deverão ser do tipo fosforescente, fabricadas com material não propagante a chama, possuírem bornes enclausurados e contatos de alta durabilidade. Deverão ser tripolares (2P+T) e fabricadas segundo a NBR 14.136 dimensionadas para 10 ou 20 ampéres em 127V ou 220V.

Deverão ser na cor branca ou marfim, para tomadas 127V e na cor vermelha para tomadas 220V (uso comum), e na cor azul para tomadas 127V e na cor verde para tomadas 220V (energia estabilizada).

Forma de Instalação / Aplicação.

Nas caixas para dispositivos.

HASTES DE ATERRAMENTO E CONECTORES

Aplicação.

Sistema de Aterramento.

Características Técnicas / Especificação.

As hastes para aterramento deverão ser fabricadas em cantoneira de aço, zincadas, alta camada, fornecidas com conector para 2 cabos, parafuso de aperto, porca e arruela de pressão e no comprimento de 2400mm. Deverão ser utilizadas somente hastes de fabricantes homologados pela concessionária de energia local.

Forma de Instalação / Aplicação.

Enterrar no solo e conectá-las aos condutores de aterramento.

QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO DE CIRCUITOS – QDL'S/QDEE'S

Aplicação.

Distribuição geral de circuitos elétricos.

Características Técnicas / Especificação.

Todos os quadros deverão ser montados em fábrica, não sendo aceito quadros montados na obra/reforma. As terminações dos cabos e suas conexões com os disjuntores deverão ser feitas através de conectores terminais apropriados para tal.

Todas as partes do quadro (invólucro, chassi, espelho e porta) deverão ser independentes. Deverão ser utilizados quadros em que as chaves sejam dispostas na posição horizontal.

Os componentes e o barramento deverão estar em um mesmo invólucro.

Todos os quadros deverão ser novos, construídos com chapa de aço de espessura mínima 1,2 ou 15mm, tratadas quimicamente, pintados interna e externamente na cor cinza claro texturizado por processo eletrostático.

Deverão possuir porta com fecho e chave, placa metálica para proteção dos circuitos e das ligações e barramentos de cobre eletrolítico para fases neutro e terra nas correntes mínimas indicadas em projeto.

Os quadros devem possuir os alojamentos adequados aos disjuntores e espaços reservas, conforme previsto no projeto.

Deverão também possuir furações do tipo vintém para conexão dos eletrodutos, conforme praxe de fabricação ou ainda flanges apropriadas para conexões com eletrocalhas e/ou outros tipos de condutos, conforme a utilização prevista no projeto.

Deverão possuir espelho interno e este deverá ser para o grau de proteção mínimo IP2X.

Os quadros deverão conter ainda etiqueta com número de série de fabricação, nome do fabricante e data de fabricação.

Todos os dispositivos instalados no quadros deverão ser devidamente identificados. Assim sendo, a chave geral, os Dispositivos Residuais e os Supressores de surto deverão ser identificados como tal. Os disjuntores de circuitos terminais deverão possuir identificação segundo a carga a que atendem. Em todos os casos deverão ser instaladas plaquetas em acrílico preto, com letras na cor branca, grafadas mecanicamente por equipamento apropriado.

Também o quadro propriamente dito, deverá ser identificado. Esta identificação deverá ser feita através de plaqueta em acrílico preto, com letras brancas, afixadas no lado externo da porta do quadro.

Os quadros deverão ser para instalação embutida ou aparente de acordo com o solicitado no projeto e possuírem placa de montagem apropriada para os disjuntores especificados. Deve se atentar para que o tipo de disjuntores especificados deverão ser fabricados segundo a norma IEC898/89.

Recomenda-se a utilização de quadros de distribuição fabricados pela Taunus, Cemar ou equivalente.

Forma de Instalação / Aplicação.

Sobrepor ou embutir na parede, conforme definição do projeto.

7.7 – Mobilização e Desmobilização

a) É de responsabilidade da contratada, a mobilização e desmobilização dos equipamentos e materiais, preparação de acessos ao canteiro de trabalho, plataforma para instalação dos equipamentos e canteiro de obra.

7.8 - Limpeza

a) A empresa contratada após a finalização dos serviços deverá efetuar a limpeza de todos os ambientes e as áreas externas;

b) Deverá ser removido tudo entulho e sobras de materiais oriundos dos serviços executados, sendo cuidadosamente limpos e varridos.

8 – Prazo

8.1. O prazo de execução dos serviços é de 30 (trinta) dias consecutivos contados da data de assinatura da ordem de serviços pela Divisão de Projetos e Obras da UFSJ.

8.2. O prazo de vigência do contrato é de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos contados da data de assinatura do contrato.

9– Materiais pertinentes à execução dos serviços

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá utilizar os materiais e equipamentos nas quantidades estimadas e qualidade estabelecida nas especificações contidas neste projeto e/ou na planilha de preços unitários, parte integrante desse Projeto Básico.

9.2. A contratada também deverá disponibilizar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à adequada execução dos serviços, bem como os equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação.

10 – Obrigações da Contratada

A empresa contratada obriga-se a:

a) Executar os serviços conforme especificações do Projeto e Projeto Básico e anexos de acordo com o estabelecido em sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, à suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- c) Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas, equipamentos de proteção individual e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas nesse Projeto Básico e na planilha de preços unitários, nos termos de sua proposta;
- d) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
- e) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- f) Apresentar a fiscalização da UFSJ a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- g) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- h) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da fiscalização da UFSJ, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas da UFSJ;
- i) Relatar à fiscalização toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- j) Não permitir a utilização de mão de obra do menor;
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- l) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer serviço a que está obrigado, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico ou na minuta do contrato;
- m) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57º da lei nº 8.666/93

10.2. A empresa contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

11 – Obrigações da Contratante

11.1. A UFSJ obriga-se a:

- a) Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Projeto Básico;
- b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado como Fiscal do Contrato através de portaria da UFSJ, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- d) Notificar a empresa Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- e) Pagar à empresa Contratada o valor resultante da prestação do serviço na forma estabelecida em contrato;
- f) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela empresa Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12- VALOR DE REFERÊNCIA

12.1. O valor de referência para a execução dos serviços objeto deste Projeto Básico é de R\$ 94.150,21 (noventa e quatro mil, cento e cinquenta reais e vinte e um centavos).

12.2. O custo estimado da contratação foi apurado mediante preenchimento de planilha de preços unitários, utilizando prioritariamente como referência a planilha SINAPI/Caixa Econômica Federal, e, caso o serviço não esteja disponível no SINAPI, foram utilizadas referências SETOP/MG e/ou referências UFSJ, cujos preços foram obtidos através de orçamentos em empresas especializadas e/ou em composições de custos elaboradas pela DPROB e planilha de composição de BDI.

13- PROPOSTA

13.1. A empresa licitante deverá apresentar proposta financeira, no prazo estabelecido no edital, a qual deverá ser composta do valor total global, no mês base do orçamento, em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena elaboração dos serviços objeto deste Projeto Básico.

- a) Este valor deverá estar explicitado em planilha de composição de custos com todos os quantitativos e seus respectivos preços unitários e totais, conforme modelo apresentado no anexo deste projeto básico;
- b) Na apresentação da proposta deverá estar expressa a composição do percentual de Benefício e Despesas Indiretas – BDI, incidente no valor total global, que deverá ser igual ou inferior a 24,95 % para os serviços de acordo com especificações contidas no edital e igual ou inferior a 16,80 % para equipamentos.
- c) A proposta deverá conter uma planilha com todas as especificações técnicas, relação de serviços e materiais, unidade, custo unitário, valor unitário e total de cada item.

d) Os custos dos materiais e serviços deverão ser apresentados de acordo com os valores vigentes do mês de referência da tabela SINAPI com os custos unitários e totais englobando o fornecimento de material e serviço.

e) A validade da proposta deverá ser de no mínimo 90 (noventa) dias. A contar da data de abertura do certame, sem convocação para assinatura do contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

f) Para composição do BDI as licitantes deverão adotar a fórmula a seguir, em conformidade com o julgado do Tribunal de Contas da União (TCU) por meio do Acórdão 2622/2013:

$$BDI = \left[\left(\frac{(1 + AC/100 + S/100 + R/100 + G/100)(1 + DF/100)(1 + L/100)}{1 - I/100} \right) - 1 \right] \times 100$$

Onde:

AC = taxa de rateio da Administração Central;

S = taxa de seguros;

R = taxa de riscos;

G = taxa de garantias;

DF = taxa das despesas financeiras;

I = taxa de tributos;

L = taxa de lucro.

14- MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45º da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

15 – FISCALIZAÇÃO

15.1. A UFSJ deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado, na forma dos arts. 67º e 73º da Lei nº 8.666/93, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

a) O preposto da contratada deverá ser um engenheiro eletricista ou civil.

15.2. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com a planilha de preços unitários, de acordo com o estabelecido no Projeto Básico e na Proposta da empresa Contratada, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O fiscal nomeado por portaria pela UFSJ anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso.

15.4. A medição dos custos da Administração Local estarão atrelados ao andamento da reforma e os seus itens medidos de forma proporcional à execução financeira.

15.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas,

vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da UFSJ ou de seus servidores.

16– DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1 – Recebimento Provisório

a) Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da UFSJ, a qual competirá, através da Fiscalização do contrato, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório. Desde que constatada as seguintes condições:

I - Plena conformidade da execução dos serviços de acordo com as especificações contidas neste Projeto Básico e no projeto;

III - Limpeza da obra e das áreas utilizadas como canteiros;

b) A UFSJ realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio da fiscalização, acompanhados dos profissionais da contratada encarregados pela reforma, com a finalidade de verificar a execução dos serviços e constatar se há necessidade de alterações.

c) Após tal inspeção, será lavrado TERMO CIRCUNSTANCIADO, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização da UFSJ, relatando as eventuais pendências verificadas.

d) A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório – Termo Circunstanciado.

16.2 – Recebimento Definitivo

a) O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços contratados será lavrado em 30 (trinta) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela UFSJ, durante o período observado entre o Recebimento provisório e o definitivo e todas as exigências da fiscalização tenham sido atendidas.

Galdino Ananias de Sant'Anna
Eng. Civil CREA 35525/D

Caio Eduardo Silva
Eng. Eletricista CREA 159699/D



ANEXO II
PROJETOS EXECUTIVOS

VIDE ARQUIVO ANEXO CORRESPONDENTE (O TIPO DE ARQUIVO NÃO PERMITIU SUA TRANSCRIÇÃO PARA O PRESENTE DOCUMENTO)




ANEXO III

PLANILHA ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS – ORÇAMENTÁRIA DETALHADA

VIDE ARQUIVO ANEXO CORRESPONDENTE

ANEXO IV

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI				
DIVISÃO DE PROJETOS E OBRAS				
OBRA	Reforma para Adequação das Instalações dos Laboratórios (LAEDI, LACIR, LACON E LINNCE) do DEPEL (CSA)		Data: Janeiro/2020	
Campus	CSA			
Área	258,00m2			
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA				
SEQ.	DESCRIÇÃO		TOTAL (R\$)	%
1	Serviços Preliminares		18.039,42	24,28%
2	Vedação		3.966,05	5,34%
3	Esquadrias		2.445,45	3,29%
4	Revestimentos		179,34	0,24%
5	Instalações		37.292,60	50,19%
6	Pintura		2.660,70	3,58%
7	Bancadas		8.030,94	10,81%
8	Limpeza Final de Obra		1.186,80	1,60%
9	Desmobilização		500,00	0,67%
SUBTOTAL			R\$ 74.301,30	100,00%
B.D.I 24,95%			R\$ 18.538,17	
TOTAL DA OBRA			R\$ 92.839,47	
10	Equipamentos		R\$ 1.310,73	
TOTAL GERAL			R\$ 94.150,21	
<div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 20px;"> <div style="text-align: center;"> <p>Caio Eduardo Silva</p> <p>Engenheiro Eletricista da UFSJ CREA 159699/D</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>Luciane Vianna da Silva</p> <p>Diretora da Divisão de Projetos e Obras</p> </div> </div> <div style="display: flex; justify-content: center; margin-top: 20px;"> <p>Galdino Ananias de Sant'Anna</p> <p>Engenheiro Civil da UFSJ CREA 35525/D</p> </div>				

ANEXO V

MODELO DE COMPOSIÇÃO DE BDI DA OBRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI		
DIVISÃO DE PROJETOS E OBRAS		
COMPOSIÇÃO DO BDI PARA Reforma para Adequação das Instalações dos Laboratórios (LAEDI, LACIR, LACON E LINNCE) do DEPEL (CSA)		
(BÔNUS E DESPESAS INDIRETAS)		
Itens de valor percentual fixo e obrigatório		
- PIS	0,65%	
- COFINS	3,00%	
- ISS	5,00%	
I - taxa de incidência de impostos	8,65%	
Itens de valor percentual variável com o tipo da obra ou serviço		
AC - Administração central	4,00%	
S - Seguro	0,70%	
R - Risco	0,98%	
G - Garantia	0,30%	
DF - Despesas financeiras	0,80%	
L - Lucro	6,85%	
	13,63%	
	BDI	24.95%

Fórmula para estipulação do BDI - Acórdão Nº 2622/2013 - TCU - Plenário

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)(1+DF)((1+L))}{(1-I)} - 1$$

Onde:

AC =	taxa de administração central
S =	taxa de seguros
R =	taxa de riscos
G =	taxa de garantias
DF =	taxa de despesas financeiras
L =	taxa de lucro/remuneração
I =	taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS e ISS)

Caio Eduardo Silva
Engenheiro Eletricista da UFSJ CREA 159699/D

Luciane Vianna da Silva
Diretora da Divisão de Projetos e Obras

Galdino Ananias de Sant'Anna
Engenheiro Civil da UFSJ CREA 35525/D

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI		
DIVISÃO DE PROJETOS E OBRAS		
COMPOSIÇÃO DO BDI PARA Reforma para Adequação das Instalações dos Laboratórios (LAEDI, LACIR, LACON E LINNCE) do DEPEL (CSA)		
(BÔNUS E DESPESAS INDIRETAS DIFERENCIADO)		
Itens de valor percentual fixo e obrigatório		
- PIS	0,65%	
- COFINS	3,00%	
I - taxa de incidência de impostos	3,65%	
Itens de valor percentual variável com o tipo da obra ou serviço		
AC - Administração central	3,45%	
S + G - Seguro + Garantia	0,48%	
R - Risco	0,85%	
DF - Despesas financeiras	0,85%	
L - Lucro	5,11%	
	10,74%	
	BDI	15,28%

Fórmula para estipulação do BDI - Acórdão N° 2622/2013 - TCU - Plenário

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)(1+DF)((1+L))}{(1-I)} - 1$$

Onde:

AC =	taxa de administração central
S =	taxa de seguros
R =	taxa de riscos
G =	taxa de garantias
DF =	taxa de despesas financeiras
L =	taxa de lucro/remuneração
I =	taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS e ISS)

Caio Eduardo Silva
Engenheiro Eletricista da UFSJ CREA 159699/D

Luciane Vianna da Silva
Diretora da Divisão de Projetos e Obras

Galdino Ananias de Sant'Anna
Engenheiro Civil da UFSJ CREA 35525/D



ANEXO VI
MODELO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO					Obra: Reforma para Adequação das Instalações dos Laboratórios (LAEDI, LACIR, LACON E LINNCE) do DEPEL (CSA)
					Prazo Execução: 30 dias
Item	Serviços	Valores %	15 dias	30 dias	
1	Serviços preliminares	R\$ 22.540,25 23,94%	R\$ 12.397,14 55%	R\$ 10.143,11 45%	
2	Vedação	R\$ 4.955,58 5,26%	R\$ 4.955,58 100%	R\$ 0,00 0%	
3	Esquadrias	R\$ 3.055,60 3,25%	R\$ 3.055,60 100%	R\$ 0,00 0%	
4	Revestimentos	R\$ 224,09 0,24%	R\$ 224,09 100%	R\$ 0,00 0%	
5	Instalações	R\$ 46.597,10 49,49%	R\$ 18.638,84 40%	R\$ 27.958,26 60%	
6	Pintura	R\$ 3.324,54 3,53%	R\$ 1.662,27 50%	R\$ 1.662,27 50%	
7	Bancadas	R\$ 10.034,66 10,66%	R\$ 0,00 0%	R\$ 10.034,66 100%	
8	Limpeza Final de Obra	R\$ 1.482,91 1,58%	R\$ 0,00 0%	R\$ 1.482,91 100%	
9	Desmobilização	R\$ 624,75 0,66%	R\$ 0,00 0%	R\$ 624,75 100%	



10	Equipamentos	R\$ 1.310,73 1,39%	R\$ 0,00 0%	R\$ 1.310,73 100%	
TOTAL		R\$ 94.150,21 100,00%	R\$ 40.933,52 43,48%	R\$ 53.216,69 56,52%	

Caio Eduardo Silva
Engenheiro Eletricista da UFSJ CREA 159699/D

Luciane Vianna da Silva
Diretora da Divisão de Projetos e Obras

Galdino Ananias de Sant'Anna
Engenheiro Civil da UFSJ CREA 35525/D



ANEXO VII
MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

À
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
Praça Frei Orlando, 170 Centro.

São João del-Rei, MG.....de..... de 2020.

Ref.: RDC ELETRÔNICO Nº 002/2020

Prezados Senhores:

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para executar a adequação das Instalações Elétricas dos Laboratórios do DEPEL no CSA (Campus Santo Antônio) na cidade de São João del-Rei - MG da Universidade Federal de São João Del Rei, com execução mediante o regime de empreitada por preço global, conforme especificações contidas no Edital, Projeto Básico e seus Anexos pelo desconto percentual de ____%, resultando no preço total de R\$..... (.....).

Declaramos que em nossos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução do objeto desta licitação.

Utilizaremos as equipes técnica e administrativa que forem necessárias para a perfeita execução dos trabalhos e para o devido cumprimento das obrigações assumidas.

O prazo de execução total é de _____ (_____) dias corridos a contar da data de expedição da Ordem de Serviço.

Informamos que o prazo de validade de nossa proposta é de.....(.....) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr., Carteira de Identidade nº.expedida em/...../....., Órgão Expedidor....., e CPF nº., como representante legal desta Empresa.

Declaramos que nos responsabilizamos em manter as instalações e equipamentos, objetos desta licitação, em perfeitas condições de funcionamento, durante todo o período contratual.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e nossa plena concordância com o estabelecido no Edital de todos os seus Anexos.

RAZÃO SOCIAL; Endereço; CEP; TELEFONE/FAX/CELULAR/E-MAIL; CIDADE; ESTADO; DADOS BANCÁRIOS.

(LICITANTE/CNPJ)

ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE LEGAL

Atenção: emitir em papel que identifique à licitante ou com logomarca.



ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO XI DO
ART. 4º

(Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012) (Vide art. 3º da IN
RFB nº 1.244/2012)

Ilmo. Sr.
(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº.....
DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade
Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de
dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de
Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples
Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável



**ANEXO IX
MODELO DE PLACA DA OBRA**

<p>REFORMA PARA ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DOS LABORATÓRIOS DO DEPEL</p> <p>AQUI TEM INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL</p> <p>REUNI - PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS</p>	<p>Município: São João del-Rei</p> <p>Identificação da obra: Reforma para Adequação das Instalações dos Laboratórios (LAEDI, LACIR, LACON E LINNCE) do DEPEL (CSA).</p> <p>Agentes Participantes: Governo Federal Ministério da Educação Univ. Federal de S. J. del-Rei</p> <p>Valor da obra:</p> <p>Início da Obra: / /2020</p> <p>Término da obra: / /2020</p> <p>Responsáveis técnicos:</p>
Ministério da Educação	

Obs.

a – A cor amarela deve ser a PANTONE 108 U e a verde a PANTONE 357 U

b – Placa em chapa galvanizada nº16

c – Dimensões da placa: 2,00m x 1,50m

d – Os valores de referência das dimensões da logomarca da UFSJ serão fornecidos pela DPROB.

e – as dimensões das letras devem ser proporcionais ao tamanho da placa e ao indicado no modelo.



ANEXO X
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS PROCEDIMENTOS
DE CONTROLE AMBIENTAL

Em conformidade com o disposto do Decreto Estadual nº 49.674, de 06 de junho de 2005, que estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia, eu, _____, RG _____, legalmente nomeado representante da empresa _____, CNPJ nº _____ para o fim de cumprir com as documentações complementares previstas no edital na modalidade de Licitação _____ nº _____, declaro sob as penas da lei, que para a execução da(s) obra(s) e serviço(s) de engenharia objeto da referida licitação somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, e no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida lei.

Atenciosamente,

Nome:

Empresa:

Carimbo:

Data:

ANEXO XI

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO/OBRA DE ENGENHARIA Nº ____/2019, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - UFSJ E A EMPRESA

_____.

A **Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ**, transformada pela Lei nº. 10.425, de 19 de abril de 2002, publicada no DOU de 22 de abril de 2002 sediada em São João del-Rei/MG, à Praça Frei Orlando, nº. 170, CNPJ nº. 21.186.804/0001-05, neste ato representada pelo seu Reitor Professor Sérgio Augusto Araújo da Gama Cerqueira, brasileiro, casado, professor de magistério superior, portador da Carteira de Identidade nº MG 2.717.519, expedida pela SSP/MG e CPF nº. 695.105.476-20, no uso de suas atribuições, na forma do que dispõem os artigos 24 e 26 e seus incisos do Estatuto aprovado pela Portaria MEC nº 2.684, de 25 de setembro de 2003 - DOU de 26 de setembro de 2003, combinado com o Decreto de 04 de maio de 2016, DOU de 05 de maio de 2016 doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **Razão Social**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, _____, Bairro _____, em _____ - MG, tel.: (____) _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23122.021138/2019-80, Autorização-Reitoria fl. ____** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, bem como da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do RDC nº 002/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Instrumento é a contratação de serviço de engenharia para realização de adequação das instalações elétricas dos Laboratórios do Depel no Camus Santo Antônio da Universidade Federal de São João Del Rei, na cidade de São João del-Rei/MG, que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do RDC 002/2020 e seus anexos, identificado no preâmbulo acima e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, de 180 (Cento e oitenta) dias, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____.

2.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins



de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

2.2. A execução dos serviços será iniciada na data de emissão da Ordem de Serviços, cujas etapas observarão o cronograma fixado no Termo de Referência.

2.2.1. O prazo de execução deste contrato é de 30 (Trinta) dias consecutivos, contados a partir do marco supra referido.

2.3. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 15276/154069

Fonte: 8108.000000

Programa de Trabalho: 170459

Elemento de

Despesa: 3.3.90.39

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

14.3. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013.

14.4. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

14.5. A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II, do Decreto nº 7.983/2013.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. O valor anual para publicação será de R\$_____.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de São João del-Rei - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São João del-Rei, de de 2020.

CONTRATANTE:

Prof. Sérgio Augusto Araújo da Gama Cerqueira
Reitor

CONTRATADA:

Nome
Cargo

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

O presente Instrumento Contratual, após todos os trâmites administrativos, será divulgado e exposto no endereço:
www.ufsj.edu.br/secoc